

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano II - n.º 21 - Março - 2012



Mulheres que decidem

O dia 8 de março é apenas um dos símbolos das conquistas femininas em todas as esferas sociais. No Judiciário, as mulheres já representam quase um terço dos quadros, assumem posições de comando e ajudam a aniquilar antigos preconceitos e paradigmas



INTEGRAÇÃO

Processo digital chega a Minas Gerais e interliga órgãos da Primeira Região



ESPECIAL

Liminar protege casarões históricos do Pelourinho



Basta tirar um livro aprisionado na sua estante e deixá-lo livre para que outras pessoas possam ler. A Biblioteca do TRF1 separou um espaço para leitura e recebimento dos livros *alforriados*. Deixe o seu e escolha outro. O movimento será contínuo.

Biblioteca Ministro Adhemar Maciel
Dibib - dibib@trf1.jus.br
(61) 3314-5176

Ao leitor

Quase um século após as primeiras manifestações que culminaram com a criação do Dia Internacional da Mulher, o 8 de março ainda é convidativo à reflexão sobre as conquistas femininas das últimas décadas. Nesta edição da Primeira Região em Revista, recontamos um pedaço importante da trajetória exitosa das mulheres brasileiras: a inserção na magistratura.

Mesmo enfrentando resquícios de preconceito e machismo no ambiente forense, elas já ocupam um terço das cadeiras nas justiças federal e estadual de primeira instância e galgam posições cada vez mais altas e representativas nos tribunais superiores. Magistradas do TRF da 1.ª Região e de outras esferas do Judiciário vão revelar os principais desafios da mulher julgadora moderna e compartilhar sua contribuição nas varas, cortes, e na Justiça como um todo. A sensibilidade e disposição para mudanças são as principais armas desse contingente de juízas, desembargadoras e ministras, que dão ao Judiciário um novo perfil, em sintonia com as transformações sociais emergentes.

Março também é o mês de aniversário do Tribunal. Os 23 anos de história foram celebrados em sessão solene, no Plenário, e contou com a visita e participação do ministro Carlos Ayres Britto, do STF. Você confere o resumo das comemorações na página 36.

Na reportagem especial, trazemos à tona o embate que envolve construções centenárias do centro histórico do Pelourinho, em Salvador. Em decisão recente, o Tribunal obrigou o estado, a União e a prefeitura a tomar providências para evitar a degradação dos casarões que são retrato vivo do berço brasileiro. Enquanto a matéria permanece em discussão no TRF, parte dos imóveis condenados, onde vivem famílias inteiras, corre o risco de virar pó.

Você também vai acompanhar um panorama das instalações de varas federais – um esforço contínuo do Tribunal para levar justiça a municípios do interior do país e reforçar a estrutura nas capitais, que sofrem com o acúmulo de processos. O destaque vai para a inauguração das subseções judiciárias de Paragominas, no Pará, e de Floriano, terceira vara do interior piauiense. Em Goiânia e Manaus, as seccionais ganharam mais uma vara de juizados especiais federais.

A Primeira Região em Revista traz, ainda, os detalhes sobre o encerramento dos trabalhos correccionais na 1.ª Região e a instalação do Centro de Pacificação Social no Piauí, que agrega ao consagrado Cenajus mais um relevante e exemplar serviço voltado à conciliação.

Aproveite a leitura!

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Regional

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
I'TALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal – Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção de Audiovisual – Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa – Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Sônia Martins e Viviane Rosa (Reg. Prof. DF 3598)

Estagiários

Bruno Bandeira, Fernanda Medeiros e Jaqueline Mendes

Colaboração

Supervisoras das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Beto Nociti, Brito Júnior, Bruno Spada, Euvaldo Pinho, Mauro Putini, Ramon Pereira, Secos da 1.ª Região e Vinicius Loures

Chapas CTP

Total Gráfica e Editora Ltda.

Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioaemrevista@trf1.jus.br

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br

ARTE: JORDÂNIA J. ALVES



12 Capa

Mulher na magistratura: espaço conquistado e desafios muito além da toga

Acesse www.trf1.jus.br

Acesse



Portal do TRF1



Consulta processual da Primeira Região



Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



Sistema de Petição Eletrônica

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)- - Brasília : TRF-1ª Região, 2010- . . v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



FRANCO PEREIRA

24 Painel

Presidente instala mais cinco varas federais na 1.ª Região



EUWALDO PINHO

62 Por aí

Tunísia: portal do oriente



REPRODUÇÃO: MINIMODERNISMO.COM.BR

70 Saúde

O que é e como tratar a hiperidrose

6 Entrevista

Desembargador federal Kassio Marques fala sobre os trabalhos da Comissão de Segurança dos Magistrados da Primeira Região, por ele presidida

44 Comemoração

Tribunal homenageia mulheres e bibliotecários em março

53 Encerramento

Corregedor regional Cândido Ribeiro encerra calendário de correições ordinárias do biênio 2010-2012

56 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

68 Artigo

Judiciário do futuro: vícios e virtudes

Por Alexandre Morais da Rosa – juiz de direito do TJSC

68 Comportamento

Colaboração produtiva: como obtê-la?

Por Shirley Pontes



Desembargador federal
Kassio Marques fala de
suas expectativas em
relação aos resultados a
serem alcançados pela
Comissão Permanente de
Magistrados da 1.^a Região,
por ele presidida

▼ JAIR CUNHA

Em agosto de 2011, a juíza federal titular da 4.^a Vara Criminal de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, foi assassinada na porta de sua casa com 21 tiros. Um espanto não só para a magistratura, mas para toda a sociedade.

O crime trouxe novamente à tona a discussão sobre a segurança dos magistrados, em especial daqueles que trabalham em zonas de fronteira e dos que integram varas criminais. No Brasil, são centenas de juizes e juizas ameaçados de morte por suas decisões. Muitos deles recebem proteção constante de policiais, mas a maioria continua exercendo a profissão sob ameaça.

Após o episódio, entidades representativas da magistratura, tais como a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), se manifestaram de forma contundente, exigindo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário providências imediatas para garantir que ministros, desembargadores e juizes possam desempenhar suas atribuições sem medo, sem pressão de grupos criminosos.

Entre as providências solicitadas está a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3/2010, em tramitação no Senado Federal, que autoriza a formação de um colegiado de juizes para decidir sobre atos processuais que envolvem organizações criminosas. O projeto estabelece, entre outros pontos, que “o colegiado, caso formado, seja composto pelo juiz do processo como relator e por dois outros juizes escolhidos por sorteio eletrônico entre aqueles de competência criminal em exercício no primeiro grau de jurisdição na Subseção Judiciária”.

Outro aspecto importante do PLC 3/2010 determina que os tribunais regionais federais, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição do colegiado e os procedimentos a serem adotados para o seu funcionamento. Além disso, estabelece que os TRFs criem comissões de segurança para acompanhamento da implementação das medidas de segurança previstas no projeto.

O Tribunal Regional Federal da 1.^a Região se adiantou à aprovação do projeto, e instituiu por meio da Portaria Presi/Cenag 44, de 3 de novembro de 2011, a Comissão Permanente de Magistrados da 1.^a Região. Presidida pelo desembargador federal Kassio Marques, o grupo de trabalho tem como objetivo elaborar plano de assistência aos magistrados em situação de risco.

Sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão, composta pelos juizes federais Marcus Vinícius Reis Bastos, Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, Lincoln Rodrigues de Faria e pelo diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais do Tribunal, Cláudio Chagas Barreira, conversamos com o desembargador federal Kassio Marques. Natural de Teresina, capital do Piauí, o magistrado tomou posse como membro do TRF da 1.^a Região em 12 de maio de 2011.

Em entrevista à nossa equipe de reportagem, o magistrado conta detalhes do trabalho da Comissão e traz suas impressões a respeito da segurança dos magistrados.

O senhor preside a Comissão Permanente de Magistrados da 1.ª Região, que tem como objetivo elaborar plano de assistência aos magistrados em situação de risco. Quais suas expectativas com relação aos resultados da comissão?

A capacidade de o Judiciário responder de forma autônoma, ágil e eficaz às demandas por segurança dos magistrados passa pelo aproveitamento, aperfeiçoamento e aparelhamento da sua estrutura orgânica.

Neste sentido, o Plano de Segurança aos Magistrados em Situação de Risco foi elaborado pela Comissão Permanente de Segurança após franquear o debate a todos os magistrados vinculados à 1.ª Região, possibilitando a formulação de sugestões e críticas, e encaminhado ao presidente do Tribunal no dia 8 de março.

A expectativa da Comissão é alcançar, através de uma equipe de segurança tecnicamente competente e aparelhada e de uma infraestrutura de segurança orgânica moderna e tecnologicamente avançada, um nível de segurança digno e condizente com as reais necessidades da magistratura, com o incremento, por parte do Tribunal, ainda no primeiro semestre deste ano, de algumas das medidas sugeridas no Plano de Segurança.

O CNJ divulgou o resultado da Pesquisa de Clima Organizacional do Poder Judiciário, e um dos tópicos refere-se, justamente, à segurança dos magistrados. Os dados revelam que 77,5% dos magistrados consultados consideraram esse quesito ruim ou péssimo. Como o senhor avalia esses dados?

Os dados retratam a realidade de um viés do sistema judiciário brasileiro no que atine à frágil estrutura do aparato de segurança dos magistrados, bem como reflete a premente necessidade de reestruturação da segurança nas varas e nos tribunais, ação essencial também para a valorização do trabalho e de estímulo ao exercício isento de sua atuação.

Por outro lado, serve de incentivo ao trabalho da Comissão de Segurança, bem assim como um relevante dado

estatístico a ser considerado na implementação de nossas políticas.

A Pesquisa do CNJ teve início um mês após a morte da juíza Patrícia Acioli, assassinada com 21 tiros na porta de casa, em Niterói, por policiais ligados a milícias e grupos de extermínio. O senhor acredita que a morte da juíza evidencia a situação de risco vivida pelos magistrados de todo o país?

Não, realmente, prefiro não crer que tal episódio reflita a realidade vivida pelos magistrados de todo o país. Em sua grande maioria, os magistrados exercem suas atividades regularmente, sem estarem mais ou menos vulneráveis quanto à sua segurança em comparação com quaisquer outros profissionais.

Logicamente, alguns magistrados, em razão de exercerem sua jurisdição em regiões de conflito ou em razão da competência material que lhes fora atribuída, possuem uma situação de risco mais elevada, mas trata-se de situações pontuais que merecem ser identificadas e para as quais deve ser dispensado um tratamento de política de segurança mais particularizada.

Tramita no Senado Federal o PLC 3/2010, que autoriza a formação de um colegiado de juízes para decidir sobre atos processuais que envolvam organizações criminosas. Após o assassinato da juíza Patrícia Acioli, várias entidades representativas da magistratura, como a Ajufe, emitiram notas públicas cobrando a aprovação do projeto de lei. O senhor acha que a aprovação desse projeto de lei resolveria o problema da insegurança dos magistrados?

Entendo que o Projeto de Lei Complementar 3/2010, embora não seja capaz de modificar, por si só e de forma imediata, a sensação de insegurança que atinge determinados magistrados em situações pontuais, representa um importante avanço nesse tema.

Por exemplo, logo em seu art. 1.º, aquele diploma legal (ainda em projeto) confere ao magistrado que esteja jul-

gando processos de crimes praticados por organizações criminosas, a prerrogativa de formação de colegiado para a decretação de um certo rol de medidas mais urgentes e extremadas, entre as quais se destacam a decretação de prisão, a progressão ou a regressão de regime, a transferência de preso para estabelecimento prisional de segurança máxima, e a inclusão de preso no regime disciplinar diferenciado. A instauração de tal colegiado deve ser por decisão fundamentada que explicita os motivos pelos quais a segurança daquele magistrado está em risco (§§ 1.º e 2.º).

Da própria redação da norma ressaí evidente o escopo de, ao mesmo tempo, resguardar o juiz de quaisquer riscos que possam advir da prolação de uma medida mais severa em desfavor do réu, bem como conferir àquela decisão/sentença maior legitimidade, considerando ter sido ela proferida não por apenas um juiz isoladamente, mas por um colegiado de três juízes, todos com competência criminal e atuando no primeiro grau de jurisdição.

De outra parte, também merece destaque a previsão do art. 11, associado ao inciso IV do art. 2.º, segundo a qual os órgãos de segurança institucional do Poder Judiciário poderão oferecer a proteção de autoridades judiciárias e de seus familiares em situação de risco decorrente do exercício de função, isso por meio da segurança ostensiva com agentes próprios em seus prédios, especialmente nas áreas das varas criminais. Tal prerrogativa se apresenta especialmente relevante, pois evoca a ideia de que o Judiciário passará a poder contar com a sua própria polícia, devidamente treinada e independente de qualquer outro órgão.

Em conclusão, acredito que a resolução do problema da insegurança dos magistrados passa ao largo de uma única solução. Será necessária uma sequência de medidas que deverão ser adotadas para transformar a realidade hoje posta.

A provação deste projeto de lei, como já dito, em que pese não trazer, por si só, uma solução mágica para as deficiências já identificadas, sem dúvida trará um significativo avanço para as conquistas que se fazem necessárias para a minimização dos riscos.



BETO NOCITI

O senhor acredita que a atuação dos magistrados ficará intimidada após o assassinato da juíza?

Não, o infeliz episódio ocorrido com a Dra. Patrícia Acioli ocorreu dentro de um contexto bem particular. O que pode e deve existir é a natural preocupação dos órgãos competentes em criar mecanismos que permitam aos demais magistrados, estejam eles sofrendo ou não algum tipo de ameaça, crer na existência de condições que os deixem seguros para o isento exercício de seu mister jurisdicional.

E, em situações extremas como essa acontecida em Niterói/RJ, o poder público não pode se omitir em adotar medidas de punição dos envolvidos no crime específico, bem como de prevenção para que outros casos como aquele não se repitam.

O PLC 3/2010 traz à tona alguns temas polêmicos, tais como a regulamentação do porte de arma de fogo para agentes de segurança do Poder Judiciário e do Ministério Público. Até que ponto isso inibiria as ameaças sofridas por magistrados no desempenho de suas atribuições?

Os agentes de segurança atualmente têm como atividade principal o transporte de magistrados e administrativo, além de outras atividades administrativas vinculadas ou não ao cargo. Isso se deve ao contexto de relativa tranquilidade

no qual a demanda eventual por seus serviços de segurança era suprida pelas forças policiais estaduais e federais.

Entretanto, hoje vivemos em novos dias, em que o crescimento do crime organizado e da violência na sociedade se contrapõe cotidianamente às limitações dos órgãos de segurança pública.

A capacitação e o treinamento dos agentes de segurança dentro das linhas traçadas pela Comissão de Segurança são indispensáveis à efetiva prestação de segurança à magistratura federal da Primeira Região.

A criação de uma polícia judiciária, bem como o porte de arma para os agentes de segurança judiciário, são temas relevantes e que trazem uma proposta inovadora, a qual, se bem utilizada – especificamente quanto a este último –, com as cautelas necessárias e da imposição de limitações ao uso do aparato somente em situações pontuais inserem, no rol de medidas ao dispor dos magistrados, um novo recurso. Tal recurso, ao meu sentir, repito, deveria ser disponibilizado apenas em situações específicas em que seja flagrante a situação de risco.

Outro ponto importante do PLC versa sobre a criação do Fundo Nacional de Segurança. Qual sua avaliação

sobre a criação do fundo?

Essencial, pois a implementação das políticas de segurança em favor dos magistrados passa, necessariamente, pelo investimento substancial em recursos na aquisição de equipamentos, no treinamento de pessoal (inteligência) e na compra e na manutenção de veículos, por exemplo.

Nesse contexto, o Fundo Nacional de Segurança não apenas se constituiria em uma condição inafastável da efetiva execução das atividades da Comissão de Segurança, como também seria uma pertinente demonstração do apoio oficial que tem de ser dado a essa questão fundamental no trabalho dos magistrados, que é garantir a segurança no exercício de suas atividades.

O senhor é oriundo da advocacia. Como os advogados veem essa questão da falta de segurança dos magistrados no desempenho de suas funções? Os advogados também sofrem com essa questão? Eles sentem ameaçados?

Os advogados veem a falta de segurança dos magistrados com apreensão, pois temem que essa questão possa influenciar na isenção da atuação jurisdicional.

Garantir a segurança do magistrado é assegurar o exer-



BETO NOCITI



“Sem dúvida, é particularmente preocupante a situação do magistrado que atua em região de fronteira (...).”



cício mesmo da cidadania a todos que orbitam em torno da justiça e que dela dependem, seja como profissionais militantes na área da advocacia, seja como cidadãos-jurisdicionados – vale dizer: a Justiça, como instrumento de pacificação social, não pode prescindir da atuação isenta de seus membros. E a isenção dos juízes, por óbvio, necessariamente há de coexistir com a total segurança no exercício de suas funções.

A Justiça Federal da 1.ª Região possui algumas varas localizadas em zonas de fronteira. Como é a atuação dos magistrados nessas áreas? A situação deles é mais preocupante no quesito segurança?

Sem dúvida, é particularmente preocupante a situação do magistrado que atua em região de fronteira. Tais magistrados atuam, normalmente, em subseções muito pequenas e, por essa razão, respondem por varas únicas, isto é, com competência ampla, inclusive criminal. E, na seara criminal, é notório que os casos de contrabando ou descaminho, bem como tráfico de pessoas e tráfico ilícito de entorpecentes, são bastante comuns. Como exemplos de subseções localizadas em municípios que fazem fronteira com outros países, podemos citar: Oiapoque/AP – Guiana Francesa; Tabatinga/AM – Colômbia; e Cáceres/MT – Bolívia;

Então, imagine-se a seguinte situação: numa subseção situada em local distante, centenas de quilômetros da capital – em algumas subseções, como em Tabatinga/AM, só se chega de barco ou de avião –, um magistrado trabalhando sozinho em sua vara única, não raro em municípios que sequer têm polícia ou algum outro órgão que represente o poder público, tendo que processar e julgar réus locais/regionais potencialmente perigosos, acusados de haverem cometido crimes graves.

Sabe-se que muitos desses magistrados, quando removidos para tais locais, sequer levam seus familiares, justamente em razão da completa falta de segurança – que é, sem dúvida, o principal quesito que os afeta, sem prejuízo de outros, também logístico-estruturais, como boas escolas para os filhos, assistência médica confiável (note-se, sequer estou falando em hospitais), etc.

Em tal cenário, não é difícil imaginar que a própria ins-



“(...) o crescimento do crime organizado e da violência na sociedade se contrapõe cotidianamente às limitações dos órgãos de segurança pública”



tuição resta fragilizada, porquanto deixa transparecer publicamente a vulnerabilidade de seus membros, o que pode representar um enorme prejuízo e causar as mais variadas inconveniências.

Por isso tudo, a implementação das políticas sugeridas pela Comissão, no relatório por mim subscrito e entregue à Presidência do TRF/1.ª Região, torna-se uma necessidade urgente para que, ao menos, seja sinalizada a posição oficial da cúpula da Justiça Federal da Primeira Região a respeito desse tema tão delicado. E, a partir daí, serão amadurecidas, analisadas e, se possível, implementadas demais medidas que visem ao constante aperfeiçoamento do quesito segurança de nossa magistratura.

Dados da Corregedoria Nacional de Justiça revelam que existem atualmente no Brasil 134 juízes ameaçados de morte. Uma das atribuições da comissão presidida pelo senhor é, justamente, conhecer e decidir pedidos de proteção especial formulados por magistrados. Já existem, na Primeira Região, pedidos de proteção? Se existem, quais critérios têm sido utilizados pela comissão para aprovar ou negar os pedidos?

Não há, ainda, nenhum pedido de proteção que nos tenha sido apresentado formal nem informalmente. Contudo, a comissão, recentemente criada, já está apta a receber e a processar tais pedidos, acaso surjam. ■

A DECISÃO É DELA!

AS MULHERES CONQUISTAM ESPAÇOS CADA VEZ MAIORES E MAIS REPRESENTATIVOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO. O CUSTO DESSE MOVIMENTO, CONTUDO, AINDA É ALTO DEMAIS

INTERNET

RICARDO CASSIANO

Foi-se o tempo em que decidir, entre quatro paredes, o que comer, o que vestir, a cor do carro ou a escola dos filhos era sinônimo de “poder” para o gênero feminino. A prerrogativa da última palavra saltou, há muito, do ambiente familiar para ganhar espaço nas mais diversas esferas sociais. A magistratura foi uma das mais recentes. Cerca de meio século após a chegada das primeiras juízas, elas hoje ocupam posições cada vez mais expressivas na condução de processos e da Justiça como um todo.

As magistradas já representam um terço das composições nas varas estaduais, mais de 30% na Justiça Federal e 17% nos tribunais superiores. Na Primeira Região, dos 398 juizes em exercício, 104 são mulheres: 26% do total. O restante, 294 homens, acompanha um movimento de equanimidade notavelmente emergente. Segundo a desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, o Judiciário foi o poder que mais avançou em presença feminina nos últimos anos. Primeira mulher a se tornar juíza no estado, em 1973, a magistrada atribui esse novo cenário, principalmente, a mudanças nas regras dos concursos públicos, que afastaram o fator “gênero” dos processos de seleção. “As mulheres, quando se submetem a uma competição em igualdade de condições com os homens, conquistam os seus espaços”, afirma Berenice.

A opinião da desembargadora é compartilhada pela representante da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Para a juíza de Direito do Espírito Santo, Gisele Oliveira, a abertura

Segundo estimativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

45%

dos advogados brasileiros são mulheres.

ao ensino superior e ao mercado de trabalho foi o primeiro passo para a queda de barreiras que segregavam as mulheres das posições de comando. Até o fim da década de 1960, elas representavam apenas 2,3% dos magistrados no país. Na década seguinte, o índice subiu para 8%, e já chegava aos 14% no fim dos anos 80: uma curva ascendente que, na visão da representante da AMB, se justifica pelas próprias qualidades inerentes às mulheres. “Para ser magistrado, a pessoa tem que ter foco, tem que ter dedicação, tem que se entregar aos estudos. E essa característica a mulher tem naturalmente”, diz Gisele.

Sensibilidade

O nível de obstinação e foco na perseguição dos objetivos pessoais e profissionais, das mulheres, pode revelar uma dose de orgulho, de necessidade de superação, diante do histórico de predomínio masculino nas instituições e, conseqüentemente, nas cortes brasileiras. De fato, o próprio exemplo familiar, em que o pai detinha o papel de líder enquanto a mãe



DIVULGAÇÃO

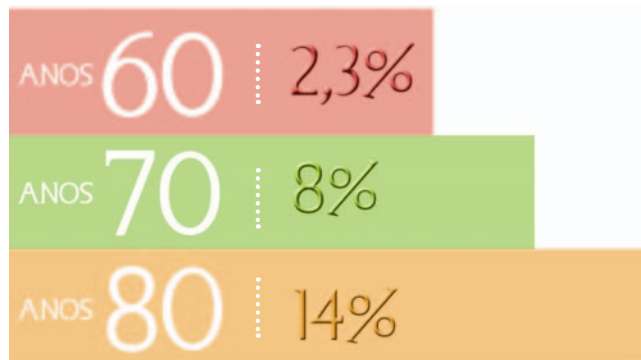
“A Justiça desse país não funcionaria sem a presença feminina nos seus quadros”, afirma Berenice Dias



TREZA

Representante da AMB, Gisele Oliveira, pede flexibilização que favoreça mulheres magistradas

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA MAGISTRATURA



As magistradas representam, hoje, cerca de **1/3** dos quadros nas justiças Estadual e Federal, **26,1%** no TRF da 1.^a Região e **17,4%** nos tribunais superiores.

PANORAMA

	ministros 	mulheres 
STF	9	2
STJ	28	5
TSE	10	4
TST	20	5
STM	14	1



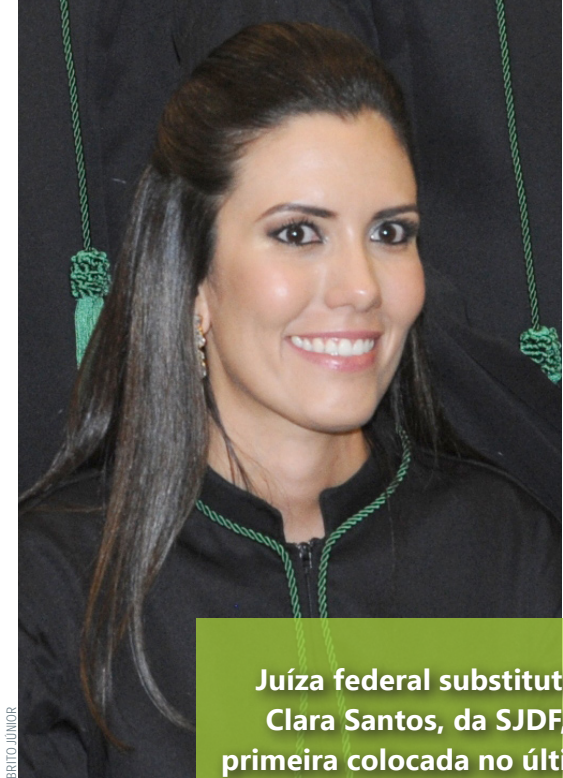
ARQUIVO PESSOAL

Mulheres são mais sensíveis e suscetíveis a mudanças, aponta estudo da psicóloga Elizabeth Schefer, do TRF da 4.^a Região

cuidava dos afazeres domésticos, foi fator de motivação para centenas de mulheres que decidiram pela profissão de decidir. É o que revela um estudo feito pela especialista em Gestão de Recursos Humanos, Administração Pública e Psicologia Clínica, Elizabeth Eliana Schefer. A psicóloga e coordenadora de exames psicotécnicos dos concursos de juiz federal, do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, ouviu dezenas de magistradas e constatou a influência da figura paterna na construção de suas vidas profissionais. Entretanto, com relação ao estilo de liderança, as “filhas” adotaram posturas mais voltadas ao campo emocional. “Ao contrário das características masculinas que se baseiam mais na racionalidade e objetividade, as mulheres destacam-se pela maior sensibilidade, emotividade, flexibilidade, intuição, receptividade e habilidade para administrar várias tarefas ao mesmo tempo”, anota Elizabeth.

Esse novo perfil está, a cada dia, mais evidenciado no Poder Judiciário. Em tempos de quebra de paradigmas – não apenas na divisão de cadeiras entre homens e mulheres – a presença feminina insurge como essencial nos tribunais. “Quem é que acaba enxergando aquela lei engessada diante da realidade da vida [...], uma lei retrógrada, atrasada ou feita por um legislador descompromissado? Acaba sendo o Poder Judiciário. E acho que a mulher enxerga muito bem isso”, enfatiza Berenice Dias. Um exemplo citado pela desembargadora são os recentes avanços no reconhecimento legal de relações homoafetivas.

A sensibilidade maior também é oportuna diante das



BRITO JUNIOR

Juíza federal substituta Clara Santos, da SJDF, primeira colocada no último concurso do Tribunal: 19 mulheres aprovadas



ASCOM/TRF-1

Desembargadora federal Neuza Maria: “ainda há preconceito!”

transformações nas estruturas administrativas do Judiciário, que têm exigido dos magistrados mais que a simples habilidade de julgar. “Os requisitos para o exercício do cargo passaram a envolver, além de capacidade de julgamento, a capacidade de mediação, conciliação de conflitos e de gestão de processos e pessoas”, explica a psicóloga do TRF da 4.ª Região. Nesse sentido, a desembargadora Berenice Dias acredita que as mulheres levam vantagem em relação aos homens, ao conduzir as relações interpessoais com mais leveza e disposição para mudanças.

A juíza federal substituta da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), Clara da Mota Santos, reforça o discurso. “Muitas vezes a mulher é mais acolhedora no ambiente de trabalho, em relação aos colegas, aos servidores, e ela promove uma maior integração” – analisa, após um ano de ingresso no cargo.

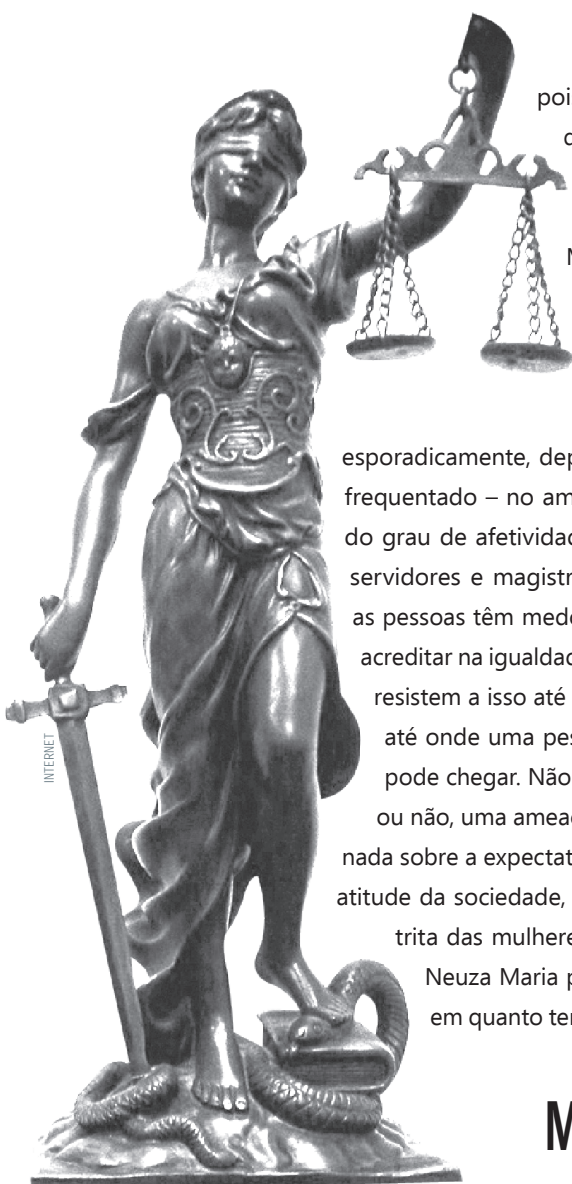
Preconceito

Aprovada no 13.º concurso do TRF da 1.ª Região, iniciado em julho de 2009, a juíza Clara Santos já experimentou o suficiente para fazer uma avaliação pessoal da atual situação da mulher magistrada. Provou muitos sentimentos – inclusive o orgulho de ser a primeira colocada entre os 58 aprovados no certame – mas desconhece outros, até pouco tempo vinculados à presença feminina no poder. A magistrada ainda não sabe o que é preconceito na relação estreita com os homens de toga. Antes de integrar o corpo de juízes federais, exerceu outros cargos importantes, como os de procuradora da

Fazenda Nacional e do Banco Central. “Não senti dificuldade para me impor enquanto profissional, senti grande respeito aqui [no Tribunal] dos servidores, do Ministério Público e dos advogados”, conta.

Mas nem todas podem dizer o mesmo. No contato diário com magistradas de todo o país, na qualidade de representante da AMB, Gisele Oliveira confessa a existência de “focos de machismo”. Eles se evidenciam, principalmente, nas relações fora das salas de audiências ou sessões de julgamento. “Às vezes, numa convivência com um órgão do Ministério Público, com a advocacia, a juíza percebe que se fosse um homem, aquele órgão, aquele advogado, não agiria daquela maneira. Mas, como é uma mulher, ele se acha no direito de querer intimidar”, exemplifica. A melhor defesa das magistradas, segundo a juíza, é a adoção de uma postura firme e profissional.

Foi dessa forma que a desembargadora federal do TRF da 1.ª Região, Neuza Maria Alves, sempre encarou os desafios. Mulher, de origem simples e cor negra, tinha um perfil fora dos “padrões” quando chegou à Justiça Federal, em 1988. Até então, na condição de advogada da Rede Ferroviária Nacional, era atuante e mantinha bom relacionamento com os colegas de trabalho. Mas o quadro mudou! Passou a sentir, na pele, o peso do preconceito, do racismo e da discriminação. “Teve festas que eu não fui convidada, solenidades que meu nome não foi citado... Casada com funcionário do INSS, filha de uma lavadeira, era uma pessoa que, em tese, não se encaixava no modelo ideal de juiz federal”, relembra.



Hoje, 24 anos depois e ocupando um dos cargos mais altos e nobres da Justiça Federal, Neuza Maria confessa que ainda precisa fugir de situações constrangedoras.

Elas se manifestam esporadicamente, dependendo do local frequentado – no ambiente jurídico – e do grau de afetividade na relação com servidores e magistrados. “Parece que as pessoas têm medo de se permitirem acreditar na igualdade”, consterna. “Elas resistem a isso até porque não sabem até onde uma pessoa do meu perfil pode chegar. Não sabem se eu serei, ou não, uma ameaça”. Ao ser questionada sobre a expectativa de mudança de atitude da sociedade, na aceitação irrestrita das mulheres na magistratura, Neuza Maria ponderou: “Não sei em quanto tempo isso vai mudar

porque depende também da própria mulher. Ela não pode se fazer de vítima; precisa conhecer o seu potencial”.

Igualdade

O sucesso de milhares de mulheres no ambiente forense reflete a tendência global de reconhecimento da igualdade entre os sexos. Na questão remuneratória, os concursos públicos impedem diferenciação. No quesito competência, também. Prova disso é a composição de um dos 27 TJs, onde as magistradas já superam os homens em número. São 18 mulheres e 12 homens no plenário do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A maioria delas, no entanto, atravessou um caminho espinhoso para chegar ao cargo de desembargadora.

O formato de promoção do Judiciário obriga os juízes a mudar-se para municípios do interior, por vezes distantes e sem infraestrutura. No caso das mulheres, o fator pesa mais. Mães com crianças recém-nascidas – após a licença-maternidade –, por exemplo, precisam se deslocar para regiões onde sequer há postos de saúde. “É necessário um olhar diferenciado para essa magistrada que pega um filho, coloca no carro, vai pra estrada sozinha, pra lá e pra cá lá... ou porque não tem marido ou porque ele ficou na capital trabalhando e cuidando do filho maior”, provoca Gisele Oliveira. “A tal da igualdade nada mais é do que a busca pelo reconhecimento das diferenças”, ratifica Berenice Dias.

MULHERES DESTAQUE NA MAGISTRATURA

ELIANA CALMON – Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ocupa, desde setembro de 2010, o cargo de corregedora nacional de Justiça. Foi desembargadora federal do TRF da 1.ª Região.



CARMEN LÚCIA – Segunda mulher a compor o Supremo Tribunal Federal (STF). No fim de abril, será a primeira a presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no biênio 2012-2014.

DESEMBARGADORAS FEDERAIS DO TRF DA 1.ª REGIÃO



- **Assusete Magalhães**
 - **Selene Maria de Almeida**
 - **Maria do Carmo Cardoso**
 - **Neuza Maria Alves**
 - **Ângela Maria Catão Alves**
 - **Mônica Sifuentes**
-
- **Orlanda Luiza Ferreira (aposentou-se em 1990)**
 - **Eliana Calmon Alves (ascendeu para o STJ, em 1999)**
 - **Maria Isabel Gallotti (ascendeu para o STJ, em 2010)**

A juíza federal substituta Clara Santos pontua a questão como essencial para muitas candidatas à magistratura. “Acaba sendo bastante desestimulante para as mulheres que pensam na constituição de uma família”. Às vésperas do casamento, marcado para 31 de março, Clara Santos já avistava a possibilidade de ficar, num futuro próximo, longe do marido, que também mora e trabalha no Distrito Federal. A solução, na opinião da juíza Gisele Oliveira, seria uma flexibilização das regras de promoção, que atendesse às peculiaridades das mulheres. “Todas as tarefas inerentes ao mundo feminino são desenvolvidas cumulativamente pela magistrada”, afirma. “Ela continua tendo que fazer uma sessão de julgamento no Tribunal do Júri, chegar uma da manhã em casa e, no outro dia, cedo, precisa olhar o dever de casa do filho”.

Vida social

A dificuldade em conciliar a carreira e os filhos a juíza Clara Santos ainda não enfrentou. Eles ainda são planos para o futuro. Por isso, no que diz respeito à vida pessoal, pouco mudou desde seu ingresso na magistratura, em março de 2011. No auge dos 30 anos de idade, a magistrada mantém as “velhas” amizades que já cultivava em Brasília – aonde chegou em 2006 –, muitas delas no ambiente forense. Não ignora, entretanto, a necessidade de manter a discrição e postura adequadas. “Só o fato de ter ingressado nessa carreira faz com

que eu tenha atenção quanto a determinados comentários sobre processos, o que a gente não pode fazer”, observa, ao comentar sobre o perfil que mantém em uma rede social. A juíza continua participando de encontros entre amigos e tenta separar, na agenda apertada, espaço para a família e o lazer. “Não há mudança na minha vida social”, declara.

Manter as aparências não deixa de ser, para qualquer juiz federal, uma preocupação. Pelo contrário. O fator é um dos mais restritivos para homens e, principalmente, para mulheres magistradas. “O estereótipo cultural restringe a vida dos magistrados quanto à maneira de ser, locais que frequentam, vestimentas, relacionamentos, bem como exigências e padrões comportamentais imputados aos membros da família”, ressalta a psicóloga Elizabeth Schefer.

Não obstante os desafios de se lançar numa profissão tão árdua quanto gratificante, as mulheres superam-se, dia a dia, no julgamento de milhares de ações que resultam em aprimoramento da máquina Judiciária e resposta aos cidadãos e à sociedade. Sua obstinação elevou o gênero aos patamares mais altos da magistratura.

O grande marco, em 2000, foi a chegada da primeira mulher ao órgão máximo do Poder Judiciário. Anos mais tarde, a ministra Ellen Gracie também se tornaria a primeira presidente do Supremo Tribunal Federal. Hoje, o STF tem duas cadeiras ocupadas por mulheres. Além da integrante mais recente, Rosa Weber, a ministra Cármen Lúcia também figura entre o seletivo grupo de onze julgadores da Suprema Corte e se prepara para assumir, no fim de abril, a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Um sonho distante? Não mais. É o retrato de uma nova realidade, sem barreiras para mulheres que almejam entregar-se à magistratura: “Estou plenamente realizada. É bem mais encantador do que eu imaginava”, finaliza Clara Santos. ■

ELLEN GRACIE – Fez história ao quebrar a hegemonia masculina no STF, após 122 anos de República, em 2000. Presidiu o Supremo no biênio 2006-2008. Aposentou-se em agosto do ano passado.



PORTARIA AUTORIZA FUNCIONAMENTO DA UNICORP EM POLOS DESCENTRALIZADOS

O presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, assinou portaria que autoriza o funcionamento da Universidade Corporativa da Primeira Região (Unicorp) em polos educacionais descentralizados. A norma considera atuação em polo educacional descentralizado a ação planejada, em conjunto com o Tribunal, que beneficie toda ou parte significativa da Justiça Federal da Primeira Região.

Ainda de acordo com a portaria, ficam criados polos educacionais nas seccionais da Bahia, de Minas Gerais e do Piauí. Os diretores do foro ficam autorizados a tomar as providências necessárias à instalação dos referidos polos descentralizados.

A Portaria Presi/Secre 69 foi publicada no Boletim de Serviço n.º 36, de 29 de fevereiro.

MAGISTRADOS VISITAM A OBRA DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL

Na manhã do dia 2 de março, o presidente Olindo Menezes e o desembargador federal Tolentino Amaral visitaram as obras de construção da nova sede do TRF. Os magistrados foram recebidos pelo diretor da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng), José Murilo Brito, que apresentou o projeto e fez uma explanação sobre o andamento dos trabalhos.

A primeira visita à obra superou as expectativas do desembargador federal Tolentino Amaral. Para ele, o empreendimento trará melhorias para a prestação jurisdicional e para o jurisdicionado “em termos de espaço, de prestação de serviços e de agilidade.”

Também estiveram presentes à visita o juiz federal em auxílio à Presidência, Alexandre Franco, o diretor-geral Felipe dos Santos Jacinto, o diretor da Secretaria Administrativa (Secad), Ruiteir Ramos, e a diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi), Ionice Ribeiro.



SETORES DO TRIBUNAL INICIAM MUDANÇA PARA A ANTIGA SEDE DO TSE

No dia 26 de março, o presidente do TRF/ 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, acompanhado do diretor-geral, Felipe dos Santos Jacinto, do diretor da Secretaria de Administração, Ruiteir Roberto Ramos, das equipes da Divisão de Engenharia e Manutenção e da Divisão de Material e Patrimônio, visitou as instalações dos edifícios desocupados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que abrigarão unidades do TRF da 1.ª Região.

Os setores já iniciaram sua transferência para o novo local, sob a coordenação da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng/Secad) do Tribunal. A primeira unidade a concluir a mudança para um dos prédios foi a Divisão de Atendimento ao Usuário (Diatu/Secin), que já voltou às suas atividades normais. Para o diretor da Diatu, Humberto José Xavier, a mudança foi positiva, uma vez que agora o setor está em um ambiente saudável, com espaço, ventilação e luminosidade maior.

Na ocasião, o presidente Olindo Menezes disse que haverá uma mudança de paradigma – o TRF ocupa espaços pequenos em lugares afastados da sede do Tribunal, o que já representa dois inconvenientes: a pequenez do espaço e a dificuldade de deslocamento. “Tudo isso se resolve nesta nova sede. Iremos trabalhar em uma sede própria, com espaço adequado”, afirmou o desembargador.

Atualmente, todas as divisões da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) e a Divisão de Engenharia do tribunal ocupam as instalações do TSE.

As mudanças ocorrerão de acordo com o cronograma de transferência.



PRESIDENTE RECEBE VISITA DO PREFEITO DE UAUÁ/BA

O presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, recebeu, no dia 14 de março, a visita de cortesia do prefeito de sua cidade natal – Uauá/BA –, Jorge Luiz Lobo Rosa, e do assessor Paulo Roberto Ferreira.

TRIBUNAL RECEBE VISITA DE ESTUDANTES DE PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL

O Tribunal recebeu, no dia 22 de março, a visita de oito estudantes de Direito de países integrantes do Mercosul e de dois assessores internacionais do Supremo Tribunal Federal (STF).

A visita dos alunos ao Tribunal faz parte das atividades que compõem a sexta edição do programa Teixeira de Freitas, para intercâmbio de estudante de direito, realizada pelo STF juntamente com as demais cortes dos países do Mercosul e associados, conforme definido no VII Encontro de Cortes Supremas do Mercosul.

Um dos objetivos do programa é proporcionar aos alunos uma visão robusta do sistema judiciário brasileiro, por meio de visitas a diversos órgãos da Justiça, entre eles o TRF/ da 1.ª Região.

Os estudantes visitaram primeiramente o Plenário, onde foram recebidos pelo vice-presidente do Tribunal, desembargador federal Amilcar Machado, que deu boas-vindas ao grupo e ressaltou: “Espero que esta visita ao nosso Tribunal traga algo bom para a vossa formação”.

Na ocasião, os universitários conheceram o Memorial Desembargador Mauro Leite Soares, a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip) e a Central de Digitalização Judicial do TRF.

Encerrada a visita, Hugo Figueroa, da Universidade Alberto Hurtano, no Chile, afirmou: “É um tribunal completo e uma experiência que levo por conhecer outro sistema judiciário, outra estrutura.”



PRO-SOCIAL DISPONIBILIZA PORTAL DO BENEFICIÁRIO

Os beneficiários do Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF da 1.ª Região (Pro-Social) contam agora com o Portal do Beneficiário, que permite o acesso a saldo de custeios, cota, solicitação de adesão, inclusão de dependentes, atualização de endereço, extrato de utilização, entre outros serviços.

O Portal está disponível em <http://www.trf1.jus.br/e-prosocial/index.aspx>.

Casarões históricos do Pelourinho

JUSTIÇA DECIDE SOBRE A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A PROTEÇÃO À VIDA

▼ VIVIANE ROSA/MC

Calçadas de pedras, igrejas imponentes, casarões históricos. Assim é o Pelourinho, bairro mais famoso de Salvador. Um verdadeiro museu a céu aberto que, na época do Brasil Colônia, era o endereço das famílias ricas. Há 27 anos toda a área que abrange o centro histórico da cidade foi declarada patrimônio cultural da humanidade. "Esse é um dos conjuntos urbanísticos dos mais importantes. Guarda elementos de vários séculos, na forma de suas edificações, suas casas e também das igrejas", disse o arquiteto e urbanista Luiz Antônio de Souza.

Mas o tombamento não garantiu a conservação de tanta memória. As áreas em que casarões foram restaurados, que concentram grande número de turistas, são raras.

É só virar a esquina para perceber que o patrimônio está se desfazendo.

Em 2009, uma vistoria da Defesa Civil concluiu que 111 casarões históricos da cidade estavam em condições precárias. De lá pra cá, muitos imóveis se deterioraram ainda mais, e alguns não resistiram à falta de manutenção. Um deles desabou em julho de 2010, e, quase dois anos depois, os escombros ainda estão no local. "A falta de manutenção desses imóveis, especialmente do telhado, permite que haja infiltração de água da chuva. Essa chuva vai estragando os assoalhos, o madeiramento, as paredes e, se não houver manutenção do proprietário, a tendência é as patologias irem se agravando", explicou Osny Bonfim, subsecretário da Defesa Civil de Salvador.



ASCOM





Florivaldo Lima,
comerciante

FOTOS: ASCOM

“No mês de agosto passado, isso aqui ficou igual a uma lagoa. Aí eu comprei uma lona pra aliviar um pouco”

O mais grave é que em muitos desses casarões ameaçados de desabar vivem famílias inteiras. Algumas moram de aluguel, e outras foram trazidas pela própria prefeitura. É o caso do comerciante Florivaldo Lima e de sua família, que tiveram que mudar para um desses casarões porque, há mais de uma década, a casa deles, que ficava em outro ponto do centro histórico, pegou fogo. A situação do imóvel onde eles vivem agora é crítica. As paredes estão mofadas, as madeiras que sustentam o telhado foram corroídas por cupins, e a água da chuva entra com facilidade. “No mês de agosto passado, isso aqui ficou igual a uma lagoa. Aí eu comprei uma lona pra aliviar um pouco”, explicou Florivaldo. Parte desses imóveis pertence ao governo da Bahia, mas a maioria pertence a particulares. Alguns são herdados, e os proprietários desse patrimônio muitas vezes não sabem o que fazer com ele.

Riscos – No ano de 2010, cinco pessoas perderam a vida em desabamentos de casarões em Salvador. Em 2011, uma pessoa morreu. Em todo o Centro Histórico é possível encontrar ruas em completo estado de abandono. Quase todos os imóveis estão em ruínas, com a estrutura interna desabada, e do lado de fora a situação não é diferente. Para o arquiteto Luiz Antônio de Souza, eles representam o risco iminente de desabamento em conjunto. “Essas edificações são construídas parede com parede, juntas”, explica.

Andréa Santos mora com a família – com três filhos – em frente a um imóvel condenado, mas a preocupação, entretanto, é com o prédio vizinho. “Os cascalhos caem, chovendo ou não. O risco de curto circuito é muito grande. Das paredes minam água”, disse Andréa.

Em todas as ruas é possível ver emaranhados de fios que



Andréa Santos,
moradora

“Os cascalhos caem, chovendo ou não. O risco de curto circuito é muito grande. Das paredes minam água”



FOTOS: ASSOCI



Em muitos dos casarões ameaçados de desabar vivem famílias inteiras



Para o arquiteto Luiz Antônio de Souza, os imóveis representam o risco iminente de desabamento em conjunto

atestam o estado precário das antigas instalações elétricas. O arquiteto Luiz Antônio de Souza alerta para outros riscos: “O primeiro: as pessoas estão morando em condições insalubres. O outro é o risco de incêndio – fiação inadequada, o uso de lamparinas, de querosene para cozinhar, botijão de gás, falta de cuidado nas instalações elétricas”.

Em 2011, o caso foi parar na Justiça Federal da Bahia. O Ministério Público Federal da Bahia ajuizou ação civil pública para obrigar o estado, a União, a prefeitura de Salvador e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a tomar providências imediatas. “Ela visa basicamente à realização de intervenções emergenciais nesses imóveis a fim de conter o caso de gradativo arruinamento e também evitar a ocorrência de vítimas fatais. Detalhe: as famílias foram realocadas por uma decisão da justiça estadual”, afirmou a procuradora do MPF/BA, Caroline Rocha.

O juiz federal da 16.ª Vara, que analisou o caso, determinou que todos os imóveis condenados tivessem a estrutura reforçada e que, em todas as áreas de risco, fossem instaladas barreiras físicas e placas de sinalização. Além disso,

foi fixada multa de mil reais por dia no caso de atraso no cumprimento das medidas.

Segundo a Defesa Civil, 110 famílias foram realocadas, e 46 casarões já estão escorados. “É importante que os órgãos que atuam em patrimônio em Salvador e em outras cidades históricas do Brasil que vivenciam esse problema, se unam pra encontrar uma solução; porque não adianta só escorar, e ali deixar, porque a tendência é que ele continue ainda com problemas”, disse Osny Bonfim, subsecretário da Defesa Civil de Salvador.

O IPHAN interpôs o recurso de agravo de instrumento da liminar do primeiro grau de jurisdição, alegando que a ação deveria ter sido dirigida inicialmente aos proprietários dos imóveis. A procuradora Caroline Rocha reconhece essa necessidade. “Essa ação não exclui, não restringe e não atenua a responsabilidade dos proprietários e do poder público na conservação e manutenção desses imóveis, medidas essas que vão ser perseguidas oportunamente”, declarou.

O recurso atualmente tramita no TRF da Primeira Região e aguarda análise na 5.ª Turma.

O Ministério Público anunciou que também deve entrar com outra ação judicial para cobrar agilidade na revitalização do Centro Histórico. As reformas nos casarões já duram mais de 20 anos. O que se espera é que o governo priorize a preservação desse conjunto arquitetônico que ajuda a contar a história do Brasil. “Nós temos uma história, é uma cultura. É pra nossa geração e futuras”, afirmou um entrevistado local. ■

Justiça Federal goiana conta agora com quatro varas de juizado especial federal

MAIS DE UM MILHÃO DE CIDADÃOS SERÃO BENEFICIADOS COM O NOVO ÓRGÃO

FOTOS: RAMON PEREIRA



IVANI MORAIS

Mais uma vara especializada em juizados especiais federais foi instalada na Primeira Região da Justiça Federal, no dia 5 de março; desta vez, na capital do Estado de Goiás. A novidade beneficia os mais de um milhão e trezentos mil habitantes que vivem em Goiânia, além daqueles residentes na área de jurisdição da seccional, que tem mais 128 municípios. Com a 16.ª Vara Federal, Goiás passa a contar com 16 varas na capital e sete no interior, localizadas em Aparecida de Goiânia, Anápolis, Luziânia, Rio Verde, Formosa, Uruaçu, e Jataí.

A solenidade de implantação da 16.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás foi conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, que, ao lado do diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás, juiz federal Carlos Augusto Torres Nobre, comemorou “mais um passo largo, firme e decisivo, na direção da eficácia de pelo menos dois princípios constitucionais: o da ubiquidade da jurisdição, pelo qual ‘a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito’, e o da razoável duração do processo”.

O presidente também ressaltou a importância da nova unidade como fator de aproximação entre a população mais carente e o judiciário federal. “Instalar uma vara é sempre um marco na história da Justiça; e uma vara de juizado mais ainda, porque o destinatário desta vara é uma pessoa normalmente de pouca informação, tradicionalmente relegada pelos poderes públicos.”

Em todo o estado de Goiás, a Justiça Federal movimenta um acervo processual de aproximadamente 187 mil feitos, sendo cerca de 46 mil somente de JEFs. Nas, agora, quatro varas de juizados federais de Goiânia tramitam perto de 21 mil processos.

Olindo Menezes considera a instalação da vara um ganho significativo para o jurisdicionado, mas se preocupa com os



Magistrados descerram, juntos, a placa de inauguração da Vara



Autoridades com a equipe de servidores recém-empossados

reflexos nas turmas recursais. “O nosso problema hoje está nas turmas recursais, porque aqui em Goiás, por exemplo, só tem uma, e ela não está dando vazão a todos os processos que vêm dos juizados por várias razões, uma delas é que nós não temos na turma um juiz específico; o juiz de turma é juiz de vara também (...) então esse é o nosso gargalo”.

O diretor do foro da seccional de Goiás, juiz federal Carlos Augusto Tôrres Nobre, também comemorou o ganho para o judiciário federal goiano. Em sua avaliação, o novo órgão representa um reforço para melhor atendimento ao jurisdicionado. “É uma oportunidade, que nós temos, de apresentar à sociedade um serviço mais célere, combater as dificuldades que temos enfrentado historicamente, que têm sido a morosidade da Justiça”, afirmou.

Os Juizados Especiais Federais de Goiás têm atualmente um acervo de aproximadamente 21 mil processos somente na capital. Com a 16.^a Vara Federal, que será totalmente virtual, esse acervo será redistribuído entre as quatro varas especializadas em causas de valores não superiores a 60 salários mínimos.

O diretor do foro também falou da importância da atuação da Justiça Federal após a constituição de 1988, e destacou a relevância social da vara de juizado. “Nós estamos empenhados, e achamos que vai ser uma vara importante, porque vamos cuidar da legislação social, e tudo isso tem um papel relevante porque a Justiça Federal, nesses últimos anos, no cenário pós-constituição de 1988, tem dado uma importante contribuição para o País, avançando nas teses dos direitos sociais; e hoje nós, sem pretensão alguma, acho que, de alguma forma, concorreremos para uma proteção social melhor da sociedade através dos serviços prestados pelo sistema JEF.”

Conduzirão os trabalhos da 16.^a Vara Federal o juiz federal

Márcio Barbosa Maia, que contará com o apoio de uma equipe de 14 servidores, dois dos quais empossados momentos após a solenidade. O magistrado, experiente em juizado especial federal, falou de suas expectativas em relação ao trabalho que se inicia: “Uma vara de juizado é sempre uma oportunidade para a população mais carente ter acesso aos bens da vida, principalmente os benefícios assistenciais e previdenciários. (...) Nós temos um histórico no Brasil de usurpação da coisa pública, de patrimonialismo, e o JEF tem que ser o resgate dessa cidadania, com bom atendimento e um trabalho de equipe; é nisso que eu acredito e, por isso, estou no JEF há mais de seis anos, e estou convicto de que é a área em que eu quero atuar e realizar meus projetos.”

Até o dia 26 de março, o novo órgão funcionará apenas com expediente interno, de forma a ultimar providências de ordem material, tecnológica e operacional.

Compuseram o dispositivo de honra, também, o representante do governador de Goiás, Edemundo Filho, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Tourinho Neto, a deputada federal Flávia Moraes, e o presidente da Ajufe, Roberto Veloso, entre outras autoridades.

Prestigiaram a solenidade, ainda, entre outras autoridades, os desembargadores federais João Batista Moreira e Reynaldo Fonseca, o juiz federal auxiliar da Presidência, José Alexandre Franco, magistrados federais do estado e o diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos Jacinto, o presidente da Comissão de instalação das novas varas do TRF, Carlos Frederico Maia Bezerra, a secretária executiva da Cojef, Maria Regina Ferreira, a diretora da Secad/GO, Backer Schuman Lobo, membros do Ministério Público, representantes da OAB, superintendentes da Polícia Federal e da Caixa Econômica Federal, diretores e servidores da Justiça Federal. ■



JUSTIÇA FEDERAL
Subseção Judiciária de Floriano

Seccional do Piauí instala sua terceira vara no interior do estado

SUBSEÇÃO DE FLORIANO TERÁ JURISDIÇÃO SOBRE 76 MUNICÍPIOS

IVANI MORAIS

A população de mais 76 municípios do estado do Piauí passará a ter acesso facilitado à Justiça Federal, com a instalação, no dia 9 de março, da Subseção Judiciária de Floriano, cidade que dista 234 km da capital, Teresina. A vara federal mais recente da Primeira Região – a terceira interiorizada no estado – foi instalada em solenidade presidida pelo desembargador federal presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Olindo Menezes, acompanhado do diretor do foro da seccional do Piauí, juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão.

Para o presidente Olindo Menezes, “esta nova vara é mais um passo no programa de interiorização da justiça federal, no objetivo de praticar a justiça, informada pelos valores constitucionais da cidadania e da impessoalidade, e o direito como força de coexistência e de harmonia, como fórmula de igualdade e justiça, como síntese dos interesses em conflito.”

Ele se lembrou da participação decisiva do Conselho da Justiça Federal para que Floriano fosse contemplada com uma unidade da Justiça Federal, rendendo agradecimentos ao ministro Ari Pargendler. “A realização desse sonho não seria possível sem a ação determinada do CJF”, afirmou o presidente.

O juiz federal diretor do foro da Seção Judiciária do Piauí, Carlos Augusto Pires Brandão, também lembrou a luta travada para que a nova unidade fosse inaugurada. Ele agradeceu a todas as pessoas que estiveram direta ou indiretamente envolvidas nessa instalação. “Toda vez que temos apoio da sociedade civil é possível se construir um Brasil melhor; e Floriano dá uma demonstração ao país de que é possível construir instituições, de fato, cidadãos.”

O trabalho do diretor do foro também foi destacado pelo presidente Olindo Menezes. “Foram protagonistas dessa conquista, também, o TRF (...) e a Seção Judiciária do Piauí, na pessoa do dinâmico e irrequieto diretor do foro, juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão, que não baixou a guarda nas providências materiais e institucionais para a instalação desta vara. Ao Dr. Brandão e a sua valorosa equipe, artífices desta conquista, o Tribunal reconhece e agradece os valiosos serviços prestados à Justiça Federal.”

A inauguração da vara de Floriano marca a expansão da Justiça Federal e a interiorização de seus serviços, que chegam ao sul da região.

A vara, de competência geral, funcionará, ainda, como juizado especial federal adjunto e será conduzida pelo juiz federal Brunno Christiano Carvalho Cardoso. O magistrado,

Momento do descerramento da placa inaugural



O ministro do STJ, Aldir Passarinho, o presidente do CJF/STJ, Ari Pargendler, o prefeito de Floriano, Joel Rodrigues, e o presidente do TRF/ 1.ª Região, Olindo Menezes, após a homenagem

que contará com a força de trabalho de mais 19 servidores, considera a estrutura física e de pessoal do novo órgão adequadas para os trabalhos iniciais. “É um desafio, mas eu acredito que teremos condições de prestar um bom atendimento”. E anunciou: “até o dia 29, o expediente será interno, mas, a partir desse dia, a população já pode se dirigir à vara federal”.

A solenidade foi prestigiada por diversas autoridades do cenário político e jurídico nacional, entre elas o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal, Ari Pargendler, o ministro do STJ, Aldir Passarinho Júnior, os senadores da República, Wellington Dias e João Claudino, o deputado federal Paes Landim, o corregedor-regional da Justiça Federal da Primeira Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, os desembargadores federais Leomar Amorim e Reynaldo Fonseca, o re-

presentante do governador do Piauí e secretário de meio ambiente e recursos hídricos, Dalton Melo Macambira, e o prefeito de Floriano, Joel Rodrigues da Silva.

Estiveram presentes, ainda, os juizes federais Alexandre Franco – em auxílio à Presidência –, César Cintra e Lino Oswaldo Souza Segundo – em auxílio à Coger –, o diretor do TRF, Felipe dos Santos Jacinto, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, o secretário de planejamento e orçamento e coordenador da comissão de instalação de varas do TRF/ 1.ª Região, Frederico Maia Bezerra, e o diretor da Secad/PI, Aléssio Sales Lustosa.

Homenagens – A solenidade de instalação da Vara Federal de Floriano foi marcada pela apresentação musical da estudante Mayara Costa, que brindou os presentes interpretando a ária da ópera “La traviata”, de Giuseppe Verdi, em homenagem ao juiz titular da nova vara, Bruno Christiano;



Solenidade é prestigiada por diversas autoridades

também pela apresentação de danças regionais e pela entrega da medalha do mérito “Agrônomo Francisco Parentes” ao ministro, do STF, Aldir Passarinho, representado pelo ministro do STJ Aldir Passarinho Júnior, ao presidente do STJ e CJP, ministro Ari Pargendler, e ao presidente do TRF/1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, pelos relevantes serviços prestados ao município de Floriano – os dois últimos, contemplados, ainda, com o título honorário de cidadão florianense, concedido pelo Poder Legislativo municipal pelos relevantes serviços prestados como membros efetivos, principalmente, ao município de Floriano, com a instalação da Subseção Judiciária. A honraria foi entregue aos homenageados pela representante da presidência da câmara de vereadores, vereadora Ana Cleide.

O ministro do STJ, Aldir Passarinho Júnior, representando seu pai, o ministro do STF Aldir Passarinho, que nasceu em Floriano e que, por razões de saúde, não pôde comparecer, cumprimentou a todos e leu uma carta enviada pelo representado, em que o ministro se dizia sensibilizado pela homenagem e lamentava não estar presente. Falou, contudo, da importância da instalação da vara federal de Floriano, registrando que o “acesso à justiça é primordial para a cidadania, sendo imprescindível que os meios sejam facilitados”, o que estava ocorrendo com a chegada da Justiça Federal ao município.

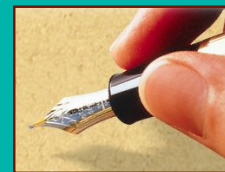
O ministro Ari Pargendler agradeceu à Câmara Municipal de Floriano o título de cidadão florianense, e ao prefeito do

município, a medalha, da qual falou: “ostentarei daqui para frente com muito orgulho”. Ele cumprimentou o povo da região pela “magnífica homenagem que fazem ao ministro Aldir Passarinho, um dos ícones da magistratura nacional – um magistrado que iniciou como juiz federal e ascendeu à posição de presidente do Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

Sobre a instalação da Subseção Judiciária de Floriano, o ministro disse: “no que depender de mim e do desembargador Olindo – tenho certeza –, e do Dr. Bruno, a cidade de Floriano terá uma justiça federal eficiente, que corresponderá aos anseios de justiça deste povo.”

O presidente Olindo Menezes também manifestou sua gratidão pelas honrarias recebidas, colocando o “apoio incondicional e de todas as horas do TRF e, mais de perto, da seccional do Piauí, para vencer os desafios dos passos iniciais da nova vara”.

Durante a solenidade ainda foi assinado o termo de cooperação técnica entre a Justiça Federal do Piauí, o Poder Judiciário Estadual, o Ministério Público Estadual/PI, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Piauí e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí/Campus Floriano (IFECT), em que os convenientes firmam parceria para incluir, entre as medidas aplicadas no âmbito das justiças federal e estadual, a participação do Projeto Adote uma Árvore, do IFECT/Floriano, por meio do compartilhamento da estrutura física, material, tecnológica e de recursos humanos entre os parceiros. ■



Pronome relativo

MÁRCIA MURÇA BARROSO

Observe o período formulado a seguir:

Aquele que verdadeiramente cria não explora sua criação.

Há, nele, um vocábulo que está ali para evitar que se repita um termo já expresso no período. Esse vocábulo tem, além desse papel, o de relacionar a oração na qual se encontra, com esse termo e, por isso, é considerado, dentro dessa construção, um pronome relativo. O termo que ele substitui é chamado de antecedente.

O pronome relativo, por isso, terá uma função dentro também de sua construção oracional. Obviamente que, se ele está ali para substituir um termo e relacioná-lo a outra oração, para que se tenha um pronome relativo deve possuir o período mais de uma estrutura oracional – deve ser composto. A função sintática do pronome relativo será descoberta ao se levar em conta, basicamente, a oração em que ele está; isso porque esse pronome tem o mesmo valor semântico (de sentido) de seu antecedente por apenas fazer a substituição dele, para evitar a repetição.

Sabendo-se ter o pronome relativo tais características, é possível destacá-lo da frase apresentada, “Aquele **que** verdadeiramente cria não explora sua criação”. Se for retomada a construção sem a substituição feita pelo quê, será possível efetuar toda a análise sintática dos termos da oração em que o pronome aparece.

Teremos, dessa maneira, para o período em análise, a construção “Aquele aquele verdadeiramente cria não explora”. Fragmentando esse período, as orações se apresentam da seguinte maneira: “Aquele não explora. **Aquele verdadeiramente cria.**” Se o segundo “aquele”, na oração em que se encontra, funciona como sujeito do verbo “criar” e se ele é, no período composto, apenas substituído pelo pronome relativo, obviamente que a função sintática do pronome relativo existente no período é a de sujeito.

Vejamos agora outro exemplo, em que o pronome exerce função diferente da anteriormente detectada:

Quando seleciona os alimentos, o homem escolhe a pessoa que será.

O período acima é formado por três orações, “O homem escolhe a pessoa/ que (o homem) será/ quando (o homem) seleciona os alimentos”. Procedendo à fragmentação do período, mas aproveitando apenas a oração introduzida pelo pronome relativo, temos: “O homem escolhe a pessoa. **A pessoa o homem será.** O homem seleciona os alimentos”.

Pode-se, dessa forma, descobrir facilmente a função de “pessoa” na segunda oração: predicativo. Sabe-se, portanto, que o pronome relativo é predicativo.

Pode parecer uma perda de tempo proceder a essa análise, mas é ela que propiciará, por exemplo, a adequada construção da regência verbal ou nominal com o pronome relativo, ou a correta concordância do verbo da oração em que o pronome está com a ideia contida no pronome relativo – a de seu antecedente. Embora haja alguns recursos que podem facilitar esse trabalho, eles não servem para todos os pronomes relativos ou construções, e a aplicação desses recursos suscita, por vezes, erros inaceitáveis, sobretudo por acarretar a perda de contato do falante com o antecedente do pronome relativo.

Observe, para melhor compreensão da análise aqui demonstrada, outra estrutura com o pronome relativo “que”:

Carece da empatia o momento em que se veem tantos males.

Nesse período há duas orações: Carece da empatia o momento. **No momento se veem tantos males.** A formação de estruturas semelhantes frequentemente se dá com o emprego errado da preposição que antecede o pronome relativo ou mesmo com a ausência equivocada da preposição justamente por não se ter ideia do valor que tem na frase esse pronome. Muitos elaborariam o período da seguinte forma: “Carece da empatia o momento que se veem tantos males”. Quando se analisa esse período do modo como ensinado aqui, pode-se imediatamente concluir que a preposição é requerida na oração em que se acha o pronome relativo – não se poderia aceitar a segunda construção, “O momento se veem tantos males”, sem o emprego da preposição “em”.

Você seria capaz agora, procedendo à mesma análise, de apontar a frase, entre as seguintes, em que, de acordo com a norma culta da Língua, se cometeu erro ao usar o pronome relativo “que”?

- Precisas estar perto daqueles em que não acreditas?
- Aquela seção judiciária procedeu à assinatura do termo a que aludiram.
- A criança a que não dão carinho não aprende a fazê-lo.
- Vim pelo mesmo caminho que ele veio.
- O servidor trouxe a petição em que o magistrado deveria despachar. ■



FOTOS: RAMON PEREIRA

Subseção Judiciária de Cáceres ganha sede própria

LOCALIZAÇÃO ESTÁ PRÓXIMA DOS DEMAIS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO DA CIDADE

ETIENE GOMES

A Subseção Judiciária de Cáceres, em Mato Grosso, ganhou, no dia 13 de março, novas instalações. Agora, a Subseção conta com uma sede própria de 1.025m², construída em terreno doado pela prefeitura e localizada em região estratégica da cidade – próxima à Justiça do Trabalho, Polícia Federal, Prefeitura e futura sede do MPF – para facilitar o atendimento ao cidadão.

Em virtude das limitações orçamentárias, o prédio da subseção foi edificado em duas etapas. A primeira, correspondente à parte estrutural, foi recebida em setembro de 2009 e custou R\$709.341,41. Já a segunda, iniciada em março de 2010 e finalizada recentemente, ficou em R\$1.736.504,92.

O diretor da Seção Judiciária de Mato Grosso, José Pires da Cunha, lembrou que desde sua instalação, em 2005, a Subseção de Cáceres funcionava numa casa alugada

e adaptada, mas que a partir de agora a situação será diferente. “A nova sede oferecerá melhores condições de trabalho e permitirá maior celeridade no atendimento ao cidadão.” Segundo informações do diretor da SJ/MT, com as novas instalações, a Subseção de Cáceres já está preparada, inclusive, para receber a segunda vara federal prevista para ser instalada em 2013. Atualmente tramitam na subseccional cerca de seis mil processos e trabalham no local 45 pessoas, entre servidores, estagiários, prestadores de serviços e funcionários cedidos pela prefeitura.

O prefeito da cidade, Túlio Campos, bastante satisfeito com a evolução da Justiça Federal na cidade, afirmou ao discursar durante o evento: “Hoje Cáceres está ganhando muito, pois passa a ter uma justiça federal mais adequada e forte. Só tenho a agradecer a todos que auxiliaram para chegarmos a este momento”.



Autoridades e servidores da SJ de Mato Grosso registram a história da nova sede de Cáceres

Já o presidente Olindo Menezes disse que o fato de a Subseção de Cáceres funcionar em sede própria, mesmo diante de tantas dificuldades orçamentárias, constitui uma grande vitória. Ele também agradeceu os esforços de todos aqueles que trabalharam pela concretização da obra e, por último, em nome do Tribunal, desejou aos magistrados e servidores da Justiça Federal cacerense: “que o padrão dos serviços judiciários nesta subseção judiciária, agora em mais qualificadas condições de traba-

lho, se eleve cada vez mais, em benefício da comunidade de jurisdicionados”.

Presenças – Diversas autoridades prestigiaram o evento, entre elas os desembargadores federais I'talo Mendes e Neuza Alves, o juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco, o diretor da Subseção Judiciária de Cáceres, Rodrigo Pinheiro, o presidente da comissão de instalação das novas varas, Carlos Frederico Maia, o assessor especial da Presidência, Eivaldo Pinho.

Manhã de inauguração e homenagem em Cuiabá

Pela manhã, o presidente Olindo Menezes e os desembargadores federais I'talo Mendes e Neuza Alves participaram da solenidade de inauguração do arquivo judicial da seccional de Mato Grosso, em Cuiabá. O evento também foi prestigiado por juízes federais, entre outras autoridades, e por servidores.

O diretor do foro da seção judiciária mato-grossense, José Pires da Cunha, explicou que o arquivo judicial se encontrava disposto em quatro salas distintas, o que dificultava a procura dos processos arquivados pelas secretarias das varas. “Com a nova sede do arquivo, permitindo a centralização em uma única sala de todos os processos arquivados, teremos mais agilidade na localização dos documentos, podendo prestar um serviço mais rápido e ágil aos interessados”, afirmou satisfeito. Uma nova forma de acondicionamento também está sendo aplicada no novo espaço – as caixas de PVC azuis foram substituídas por pacotes, resultando em 30% de economia de espaço físico.

O presidente Olindo Menezes aproveitou a oportunidade em seu discurso para homenagear o diretor do foro da SJMT, José Pires da Cunha, que se aposenta no dia 23 de março. “Vossa Excelência prestou um admirável serviço e está deixando a Seção Judiciária de Mato Grosso com muita honra, muita galhardia. Para onde for, lembre-se de que continuará fazendo parte da família da Justiça Federal. Leve de nós as melhores lembranças para dizer a todos que valeu a pena ser um juiz federal.” ■



Desembargadora federal Neuza Alves, diretor do foro da SJMT, José Pires da Cunha, presidente Olindo Menezes, desembargador federal I'talo Mendes e o superintendente da CEF de Mato Grosso, Carlos Roberto, durante inauguração do arquivo judicial em Cuiabá

Mais uma vara de juizado especial federal é instalada em Manaus

A 8.ª VARA SERÁ ESPECIALIZADA EM CAUSAS DE ATÉ 60 SALÁRIOS MÍNIMOS, E OS PROCESSOS TRAMITARÃO EM MEIO DIGITAL



Autoridades ao lado da placa inaugural da 8.ª Vara Federal

IVANI MORAIS

Os mais de sete mil processos que tramitam na 6.ª Vara do Juizado Especial Federal de Manaus ganharão maior celeridade com a inauguração da 8.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, no dia 16 de março, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes. Com isso, a Justiça Federal do Amazonas amplia sua capacidade de atendimento à população de Manaus e dos 54 municípios jurisdicionados, com uma nova unidade especializada em JEF totalmente virtualizada.

O presidente Olindo Menezes, ao lado da diretora do foro da seccional amazonense, juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, falou de sua satisfação em retornar ao estado do Amazonas para instalar mais uma vara federal. Ele lembrou o dia 28 de maio de 2010, quando esteve na capital para instalar a segunda vara ambiental e agrária destinada pela Lei 12.011 à Primeira Região da Justiça Federal. “A 8.ª Vara é mais um capítulo na gloriosa história da Justiça Federal do Amazonas”, afirmou.

Para o presidente, o novo órgão representa um grande avanço e crescimento dentro do propósito de dotar a seccional de melhores condições de atendimento aos jurisdicionados, recebendo um incremento de 100% de sua capacidade. “A nova vara, juntamente com a 6.ª Vara Federal, dobra a capacidade de atendimento a um público de jurisdicionados de muitas carências sociais, pois alcança

as pessoas mais pobres, que tradicionalmente têm dificuldade de acesso a um juiz federal”.

A instalação de mais uma vara federal muda a estrutura da Justiça Federal no estado, e foi também comemorada pela juíza federal diretora do foro, Jaiza Maria Pinto Fraxe. “É um presente para a Justiça Federal porque neste ano nós estamos completando 45 anos dessa última fase da Justiça Federal, que foi em 1967, e nós tínhamos uma vara e menos de uma dúzia de processos; hoje nós temos oito varas na capital, uma estrutura de turma recursal, uma vara em Tabatinga e 64.200 processos, e a 8.ª Vara vem se somar a esse conjunto pra levar a jurisdição com mais celeridade para a população.”

Ela também destacou o caráter social que reveste a 8.ª Vara Federal. “A importância da vara se destaca pelo fato dela se destinar a processar e julgar as causas da população que mais necessita: é aquela população que está precisando de benefício previdenciário; é o trabalhador rural que quer sua aposentadoria por idade; é aquela pessoa sofrida que, tendo em vista as circunstâncias, não dispunha de acesso a sua cidadania e a condições que permitissem antes buscar seu direito”, explicou a magistrada.

Quem também comemorou a chegada de mais uma unidade especializada em JEF foi o titular da 6.ª Vara Federal, até então única unidade na capital responsável pelo processamento e julgamento de feitos de valores até



FOTOS: RAMON PEREIRA

Acima, mesa de abertura da solenidade
Ao lado, autoridades e os servidores empossados



60 salários mínimos, e também coordenador dos Juizados Especiais Federais da seccional do Amazonas, juiz federal Ubirajara Teixeira. "A gente recebe a 8.ª Vara com muita alegria. O juizado em Manaus vai recobrar o ânimo. Hoje em dia tramitam na 6.ª Vara Federal mais de sete mil processos e, em razão da carência de recursos humanos, da limitação de juízes e servidores, há uma necessidade de ampliação da estrutura pra atender melhor o jurisdicionado; e o juizado é vocacionado para atender a população mais carente, que não pode esperar muito tempo porque necessita de providências urgentes: são benefícios alimentares, são recursos indispensáveis para a subsistência dessas pessoas". E continuou: "é um alento receber um novo juizado porque ele é praticamente uma certeza de que a resposta da Justiça vai chegar de forma mais célere, mais breve, com melhor qualidade à pessoa que mais necessita do serviço judiciário", comemorou.

A 8.ª Vara Federal, que funcionará até o dia 9 de abril apenas com expediente interno, será conduzida pelo juiz federal Ricardo Augusto de Sales e contará com a força de trabalho de 14 servidores, quatro deles empossados momentos após a solenidade de instalação.

Integraram a mesa de honra, além do presidente, a diretora do foro e o coordenador dos JEFs/AM, o gover-

nador do Amazonas em exercício, José Melo de Oliveira, o deputado federal Pauderney Avelino, o representante do comandante militar da Amazônia, general de brigada Luiz Jaborandy Júnior, o juiz federal titular da 8.ª Vara, Ricardo Augusto de Sales, o procurador-chefe do MPF, Athayde Ribeiro Costa, o representante do procurador-geral de justiça do Amazonas, Jorge Alberto Gomes Damasceno, e o procurador-geral da AGU no Amazonas, Allan Carlos Moreira Magalhães.

Prestigiaram o evento, ainda, o juiz auxiliar da Presidência, José Alexandre Franco, o diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos Jacinto, o presidente da comissão de instalação das novas varas do TRF, Carlos Frederico Maia Bezerra, o assessor especial da Presidência do TRF, Euvaldo Pinho, os magistrados da seccional do Amazonas, entre outras autoridades. ■

FOTOS: RAMON PEREIRA



Presidente instala subseção judiciária em Paragominas/PA

ÓRGÃO INICIA
ATIVIDADES COM
MAIS DE QUATRO MIL
PROCESSOS

ETIENE GOMES

Foi inaugurada, no dia 22 de março, a Subseção Judiciária de Paragominas, a sexta a ser instalada no interior do Pará. O estado já conta com subseções nos municípios de Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal e Redenção. O novo órgão tem sob sua jurisdição 14 municípios, sendo 13 desmembrados da Subseção Judiciária de Castanhal e um da Subseção de Marabá. O acervo inicial é de mais de quatro mil processos relativos a execuções fiscais.

Para o diretor do foro da Seção Judiciária do Pará, Daniel Santos Rocha Sobral, a instalação da Subseção de Paragominas terá o benéfico efeito de favorecer os jurisdicionados, especialmente os menos favorecidos economicamente. “Eles não precisarão mais se locomover ou despender recursos, que sequer possuem, para verem um pleito aforado em uma sub-

seção, cuja vara mais próxima ficava a mais de 200 km desta cidade”. A instalação também agradou o prefeito da cidade Adnam Demachki. “O acesso à Justiça Federal era difícil pra muitos. A inauguração da subseção judiciária em Paragominas vai facilitar a vida de muita gente”, afirmou entusiasmado.

Transformação – O município de Paragominas já figurou na lista do Ministério do Meio Ambiente como um dos que mais desmatava a Floresta Amazônica, mas, hoje, é modelo de desenvolvimento sustentável, recebendo o título de Município Verde. Para a juíza federal Lucyana Said, diretora da Subseção da cidade, Paragominas é prova de que a união da sociedade civil organizada e do poder público pode construir um país melhor. “A Justiça Federal vem somar esforços a esse processo de transformação, não só pela solução de conflitos,



Mesa oficial de abertura da solenidade inaugural da Subseção



Momento em que a placa inaugural da nova subseção é descerrada



Servidores homenageados pelo presidente Olindo Menezes

FOTOS: SECOSIPA

mas pelo impacto econômico que trará à região”.

Para o presidente Olindo Menezes, o próspero município de Paragominas tem a ventura de receber os serviços de uma justiça aureolada da mística da concepção funcional da Justiça Federal. “Trata-se de uma data importante para a história judiciária deste município, cujo lema – trabalho perseverante, progresso com honra – bem expressa os valores cultivados pelo seu povo”.

Elogios e posse de servidores – Ao final do evento, o presidente Olindo Menezes fez uma homenagem especial a três servidores da SJ/PA que se destacaram no desempenho de tarefas não habituais e, às vezes, não compatíveis com a função que ocupam para viabilizar a instalação das varas no interior do estado. Foram eles: José Luiz de Miranda, Edvan

Guilherme e Cícero Souza. Após a solenidade foram empossados 14 novos servidores da Subseção de Paragominas, ocasião em que o presidente solicitou empenho e dedicação aos novatos a fim de se manter o alto padrão dos trabalhos desempenhados pela Justiça Federal no município.

Presenças – Além do presidente Olindo Menezes, do diretor da SJ/PA, Daniel Sobral, da diretora da Subseção, Lucyana Said, do prefeito Adnam Demachki, participaram da solenidade inúmeras autoridades, entre elas o juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco, os juízes federais Rubens Rollo e Isaura Cristina de Oliveira, o diretor-geral Felipe Jacinto, o presidente da comissão de instalação de varas federais, Carlos Frederico Maia, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho. ■



Solenidade comemora os 23 ANOS de instalação do TRF

REUNIDA EM SESSÃO SOLENE, CORTE TAMBÉM HOMENAGEOU
CINCO DESEMBARGADORES RECÉM-APOSENTADOS

▼ CHICO CAMARGO

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região comemorou o seu 23.º aniversário de instalação em sessão solene ocorrida na tarde do dia 30 de março.

Com a mesa diretora dos trabalhos presidida pelo desembargador federal Olindo Menezes e composta, ainda, pelo ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, pelo presidente do Superior Tribunal Militar, almirante de esquadra Álvaro Luiz Pinto, pela ministra do Superior Tribunal de Justiça Laurita Vaz e pelo procurador-chefe da Procuradoria da República da 1.ª Região, Juliano Villa-Verde de Carvalho, homenagearam-se os desembargadores federais Carlos Fernando Mathias de Souza, Antônio Ezequiel da Silva, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, Sebastião Fagundes de Deus e Antônio Sávio de



FOTOS: BERTO NOCHI

Aniversário do TRF/ 1.ª Região é prestigiado por autoridades da Casa, por servidores e pela presença ilustre do ministro Ayres Britto, atual presidente do STF



Coral Habeas Cantus homenageia o Tribunal pelos 23 anos completados no dia 30 de março

Oliveira Chaves, que se aposentaram nos últimos três anos.

Após a execução do Hino Nacional pelo Coral Habeas Cantus, do TRF, o presidente Olindo Menezes declarou aberta a sessão especialmente convocada para comemorar o aniversário do Tribunal e homenagear os cinco desembargadores que se aposentaram recentemente.

Em seguida, a desembargadora federal Neuza Alves, convocada pela presidência da mesa para falar em nome da Corte, iniciou seu discurso redigido em versos: "O TRF da 1.ª Região é, com efeito, um tribunal diferente/ Sua maioria é bem recente/, mas não o peso da sua responsabilidade/, já que tem compromisso com a verdade/ Sua atuação corajosa, firme, coerente/, sensata, intemorata, digna e valente/, conta com o nosso respaldo, cada um com um quinhão/, sem esquecer por um momento que somos sentimento e razão". Após a fala de Neuza Alves, o coral entoou o Hino do TRF.

Logo após, o presidente concedeu a palavra ao procurador-chefe da Procuradoria da República da 1.ª Região, Juliano Villa-Verde de Carvalho, que discorreu sobre a importância que as decisões do TRF têm no contexto nacional, homenageando também os cinco desembargadores aposentados.

A Ordem dos Advogados do Brasil prestou sua homenagem por meio de sua conselheira federal, a advogada Meire Lúcia Mota Coelho, que exaltou os feitos do TRF e as iniciativas voltadas à conciliação "como instrumento essencial à pacificação social".

Coube ao desembargador federal Carlos Olavo, em nome do TRF da 1.ª Região, saudar a cada um de seus ex-colegas da Corte, mostrando deles um breve perfil, "na justa homenagem que ora se presta aos eminentes desembargadores aposentados". Disse o desembargador sobre Carlos Mathias: "Homem múltiplo e singularmente fiel ao espírito de sua formação

OS 23 ANOS DO TRF

Criado com o advento da Constituição Federal de 1988, de forma a abranger sua jurisdição 13 estados da Federação, além do Distrito Federal, o TRF iniciou as atividades na tarde de uma sexta-feira, 31 de março de 1989, após sessão solene presidida pelo então juiz federal Alberto José Tavares Vieira da Silva. Junto com ele estavam outros 17 magistrados, todos recém-empossados como juízes federais de segunda instância. Em seguida, contando com uma força de trabalho de aproximadamente 70 servidores, o Tribunal começou a julgar os processos judiciais. Por sua vez, as seções judiciárias contavam com 49 juízes federais e cerca de 970 funcionários. E as instalações, em sua maior parte, eram precárias.

Redistribuídos por força do novo ordenamento jurídico imposto pela Constituição, o TRF recebeu naquele momento cerca de 18 mil processos para julgar – uma parte, "herdada" do antigo Tribunal Federal de Recursos (TFR); outra, do Supremo Tribunal Federal; e uma parcela, da Justiça Federal de primeira instância.

Eram tempos de poucos recursos humanos e materiais, mas de muito trabalho em todos os setores da Corte. Tanto era assim, que o juiz Vieira da Silva cunhou uma frase que marcou a história da Corte: "Este é o tribunal da boa vontade", em alusão ao esforço de magistrados e servidores que trabalhavam, inclusive nos fins de semana, para organizar os processos e dar celeridade aos julgamentos. Na área administrativa, o esforço era direcionado para organizar almoxarifado, distribuir mobiliário, equipamentos e material de expediente que chegavam a todo o momento, fruto de doações do Superior Tribunal de Justiça, sucessor do extinto TFR, e do Conselho da Justiça Federal (CJF). Apesar da precariedade, ao fim do ano de 1989 haviam sido julgados exatos 5.914 processos.

À época, o TRF da 1.ª Região ocupava o edifício Áurea, um prédio com 18 mil metros quadrados distribuídos em 20 pavimentos, no Setor Bancário Sul, em Brasília, DF.

Atualmente, o TRF está instalado em sede própria, aliás, desde 1995, quando "herdou" do STJ sua antiga sede e um prédio anexo, hoje os edifícios-sede I e II. Contudo, o espaço é pequeno e, enquanto as obras da nova sede não terminam, o que está previsto para acontecer em dezembro de 2015, a Corte tem seus serviços espalhados por nove prédios diferentes, e acaba de incorporar a antiga sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), edificação vizinha ao TRF. Todo esse espaço abriga, hoje, cerca de três mil pessoas, das quais, aproximadamente 1.200 compõem o quadro de servidores. Quanto às seccionais, estas são servidas hoje, em boa parte, por modernas instalações e possuem cerca de 6.500 servidores no total.

Em 2011, os 27 desembargadores federais do TRF da 1.ª Região que compõem a instituição receberam 230 mil petições e julgaram 117 mil processos.

Por seu turno, os 244 juízes federais titulares e os 154 juízes substitutos lotados nas 251 varas das 14 seções judiciárias e 67 subseções judiciárias julgaram cerca de 700 mil processos, dos quase 900 mil distribuídos.

Aos 23 anos, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região está consolidado no cenário jurídico nacional, tendo-se firmado como uma instituição forte e respeitada por seus permanentes esforços em bem servir ao público.



FOTOS: ARQUIVO ASCOM

conseguiu, na realização do seu destino, aquela unidade de pensamento e de ação, indispensável para o êxito do exercício simultâneo de duas atividades afins nos seus métodos e no seu conteúdo: o magistério e a magistratura.” Sobre Antônio Ezequiel, falou: “Baiano ilustre que também dignificou o nome deste tribunal, por sua reconhecida acuidade jurídica, percuciência na análise dos processos que se submetiam ao seu crivo e coerência de pensamento e ação”. Sobre Fagundes de Deus: “Ao longo de sua vida, principalmente nos doze anos de atuação neste tribunal, desembargador Fagundes de Deus, vossa excelência foi um exemplo de inteireza moral.”. Aos desembargadores Luiz Gonzaga Barbosa Moreira e Antônio Sávio de Oliveira Chaves pediu permissão para saudá-los em conjunto “porque, para homenageá-los, não há como não se homenagear as nossas origens mineiras, a formação moral e

intelectual que forjou o espírito de vossas excelências, juízes humanos e serenos”.

Dando prosseguimento à cerimônia, o presidente Olindo Menezes entregou a cada homenageado uma placa alusiva à passagem pelo Tribunal.

Por sua vez, um a um, os desembargadores homenageados se manifestaram em agradecimento ao TRF da 1.ª Região.

Como último ato, antes do encerramento da solenidade, o presidente Olindo Menezes fez o lançamento do “Manual de Língua Portuguesa do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região”, elaborado pela Divisão de Produção Editorial (Die-di) em parceria com a seção de consultoria de português da Secretaria-Geral da Presidência do TRF, e prefaciado pelo professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras.

Ministro Carlos Ayres Britto participa da celebração dos 23 anos do TRF/ 1.ª Região

JAIR CARDOSO

Em homenagem aos 23 anos do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, o vice-presidente e presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, fez uma visita, no dia 30 de março, ao TRF e recebeu das mãos do presidente, desembargador federal Olindo Menezes, o diploma e a medalha de visitante ilustre (foto).

“Este tribunal se sente envaidecido em recebê-lo nessa oportunidade. Seguramente, o ministro faria essa visita a todos os tribunais brasileiros, mas, como fomos um dos escolhidos, para nós, é uma honra incontida”, disse Olindo Menezes.

O ministro Ayres Britto agradeceu a receptividade e parabenizou o Tribunal pelos 23 anos de intenso trabalho

dedicado ao jurisdicionado brasileiro. “Eu vim aqui abraçá-los, cumprimentá-los e parabenizar o tribunal por essa data histórica. O TRF da 1.ª Região tem toda importância dentro do Poder Judiciário. São 23 anos de atividades ininterruptas do exercício da função judicante e na adoção de políticas públicas de aperfeiçoamento da própria jurisdição. O Brasil se orgulha do seu TRF da 1.ª Região, e este evento é motivo de saudação, de júbilo para todos nós.”

Durante o evento solene, o ministro aproveitou a oportunidade para convidar as autoridades presentes para a solenidade de posse da nova direção do STF e destacar que sua visita tem como objetivo abrir um canal de interlocução permanente com as instituições do Poder Judiciário “para que todos possam refletir sobre a realidade jurisdicional brasileira. Trago para os senhores a proposta de uma administração compartilhada”.

O ministro Ayres Britto também ressaltou a importância do Poder Judiciário para o desenvolvimento pleno da sociedade. “O Poder Judiciário é a âncora de confiança de toda a coletividade no sentido de que coloca o poder público nos trilhos da legalidade democrática. O Judiciário é um órgão chave em qualquer sistema estatal planetário”, afirmou. ■



Esmaf promove jornada de direito internacional

BELO HORIZONTE É SEDE DO EVENTO QUE REUNIU RENOMADOS CONFERENCISTAS



FOTOS: RAMONI PEREIRA



✓ CHRISTIANNE CALLADO/ SECOS MG

No dia 28 de março, a cidade de Belo Horizonte/MG foi sede da I Jornada de Direito Internacional da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf). O evento reuniu cerca de 120 participantes, entre desembargadores do TRF da 1.ª Região, juízes federais e advogados da Caixa Econômica Federal (CEF).

Abriu o evento o corregedor regional da Justiça Federal da Primeira Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, que representou o presidente Olindo Menezes. Ao lado do corregedor regional, figuraram na mesa de honra o diretor da Esmaf, desembargador federal Carlos Moreira Alves, o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, o professor doutor Guilherme Calmon Nogueira da Gama, o gerente regional da CEF, Marcelo Ângelo de Paula Bonfim, e, em momento

posterior, o coordenador-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca.

Estiveram presentes à cerimônia os desembargadores federais Catão Alves, Jirair Aram Meguerian, Tolentino Amaral, João Batista Moreira, Maria do Carmo Cardoso, Reynaldo Fonseca, Ângela Catão e Mônica Sifuentes, além de juízes federais e do consultor jurídico da CEF, Frederico Gazolla Rodrigues Renno.

O corregedor regional Cândido Ribeiro, ao abrir a jornada, ressaltou que as questões de Direito Internacional – principalmente aquelas relacionadas ao Direito de Família – passaram a integrar o cotidiano dos magistrados federais de primeiro e de segundo grau.

“Hoje, o juiz federal se depara com situações em que o



Mutuários recebem as cartas de baixa de hipoteca das mãos do corregedor regional Cândido Ribeiro (ao lado) e do diretor do foro da SJMG, Itelmar Evangelista (acima)

Direito Internacional mergulha no Direito de Família. Assim, ele tem de estudar esses casos com a Constituição de um lado e a Convenção de Haia do outro” – advertiu o corregedor.

Durante a solenidade, incluiu-se, de forma especial, o ato solene de entrega das cartas de baixa de hipoteca a dois mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. A entrega das cartas, feita pelo corregedor regional Cândido Ribeiro e pelo diretor do foro da seccional de Minas Gerais, Itelmar Evangelista, marcou o resultado positivo do mutirão de audiências de conciliação que está sendo realizado na Seção Judiciária de Minas Gerais nesta semana.

O professor doutor Guilherme Calmon Nogueira da Gama apresentou a primeira palestra da Jornada, com o tema “A restituição da criança ao país de residência habitual e interesse superior da criança – problemas no cumprimento das

decisões judiciais”.

Durante três dias foram debatidos tópicos como a cobrança internacional de alimentos, a restituição da criança ao país de residência habitual, a dupla tributação internacional, o controle jurisdicional das leis nos sistemas interamericano e brasileiro, o comércio internacional, a convenção de Haia, os direitos humanos e a jurisprudência internacional.

A Jornada contemplou oito conferências, explanadas pelos professores doutores Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Nádia de Araújo, Antônio de Moura Borges, Valério de Oliveira Mazzuoli, Roberto Luiz Silva, Jorge Antônio Maurique, Flávia Piovesan e Leonardo Nemer Caldeira Brant.

A conferência “Jurisprudência internacional na Corte Internacional de Justiça”, apresentada pelo professor doutor Leonardo Nemer Caldeira Brant, encerrou o evento no dia 30 de março.

A mesa de honra do encerramento foi presidida pelo diretor da Esmaf – o desembargador federal Carlos Moreira Alves – e contou com a participação do juiz federal Juliano Taveira Bernardes, do conferencista Leonardo Brant e do consultor jurídico e coordenador institucional da Escola de Advocacia da Caixa Econômica Federal, Frederico Gazzola Rodrigues Rennó.

Ao encerrar oficialmente o evento, o diretor da Esmaf declarou ter considerado o ciclo de estudos “bastante produtivo”. O desembargador federal fez um balanço dos três dias da Jornada, nos quais os participantes puderam refletir e compartilhar ideias sobre o Direito Internacional – um tema, até então, inédito no cotidiano dos magistrados federais.

“O assunto não era muito próximo de nós. E nos dias de hoje, em que cada vez se reafirma a ideia do mundo como uma aldeia global, essa matéria está muito presente no nosso dia a dia. Esses três dias de evento foram muito produtivos, mas insuficientes para entendermos as várias perplexidades a propósito dessa questão – principalmente nesse âmbito que poderíamos chamar de “direito de família internacional”, o qual abrange exatamente as relações familiares que transcendem o âmbito da família para atingir interesses de Estados, para melhor solução dos litígios” – concluiu Carlos Moreira Alves.

A I Jornada de Direito Internacional da Esmaf, patrocinada pela Caixa Econômica Federal, teve o apoio da Ajufe (Associação dos Juízes Federais), da AJUFEMG (Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais) e da diretoria do foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. ■



DIA INTERNACIONAL DA MULHER é comemorado com atividades diversas

ALÉM DA INAUGURAÇÃO DE DOIS ESPAÇOS, ATIVIDADES ESPECIAIS FORAM PROMOVIDAS PELO TRF DA 1.ª REGIÃO PARA AS SERVIDORAS

▾ JAIR CARDOSO E JAQUELINE MENDES

Atividades especialmente elaboradas para o público feminino e inaugurações marcaram a comemoração do Dia Internacional da Mulher no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, no dia 8 de março.

O *workshop* “Segurança pessoal: ações e técnicas”, oferecido pelo programa Vida Legal, abriu as comemorações no início da tarde, no Salão Nobre. Destinado a servidoras, prestadoras de serviço e estagiárias, as orientações foram ministradas pelo agente de segurança da Seção Judiciária do DF, Hipólito Alves Cardoso.

Hipólito abordou temas referentes à prevenção, às técnicas e aos procedimentos a serem seguidos em situação de violência urbana. “É totalmente errado a pessoa achar que, por exemplo, nunca será assaltada; o correto é estar sempre prevenida, evitando que a abordagem seja feita”, esclareceu o agente ao destacar que a principal medida a ser tomada em situações de risco é manter-se longe do agressor.

Hipólito também alertou para os cuidados com certos procedimentos cotidianos, como: ir a caixas eletrônicos à noite e em locais sem segurança, estacionar longe do ponto de destino e em locais pouco movimentados, fazer sempre o mesmo percurso, ficar distraído ao semáforo. E aconselhou: “O ideal é sempre usar caixas eletrônicos durante o dia e em locais onde a pessoa poderá contar com o auxílio de segurança – preferir sempre estacionamentos pagos, pois eles oferecem

maior segurança. Ao parar em um semáforo, mantenha os vidros fechados; e o carro, sempre engatado, para o caso de precisar sair rapidamente”.

As 26 participantes do *workshop* também aprenderam ações de reação a abordagens não evitadas. A estagiária Rejane Dias (Dias) aprovou a iniciativa. “Eu nunca tinha pensado assim antes, que a prevenção é a melhor opção, mas agora, com esse curso, vou tomar as medidas necessárias para minha proteção”.

Numa solenidade prestigiada por magistrados, servidores e colaboradores, o presidente do TRF da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, inaugurou dois novos espaços na sede do Tribunal: o Espaço de Convívio Pontes de Miranda e a Sala Professor Miguel Reale.

O Espaço de Convívio foi o primeiro a ser inaugurado. Acompanhado dos desembargadores federais Catão Alves, Mário César Ribeiro, presidente eleito do TRF, Tolentino Amaral, Carlos Moreira Alves, I'talo Mendes, Daniel Paes Ribeiro, Maria do Carmo Cardoso, Neuza Alves, Mônica Sifuentes e Néviton Guedes, o presidente Olindo Menezes descerrou a placa inaugural do espaço. Em seguida, foi inaugurada a Sala Professor Miguel Reale.

Durante a cerimônia, o presidente Olindo Menezes destacou a importância dos espaços inaugurados e explicou o porquê da homenagem aos juristas. “Para mim,



Ao lado, workshop
"Segurança pessoal: ações
e técnicas"

Abaixo, o Coral Habeas
Cantus encerrou a
comemoração

este é um momento de muita significação. Pontes de Miranda talvez seja o maior jurista que este País já tenha tido; um homem que precisa ser reverenciado por seu trabalho. O outro é o professor Miguel Reale, um homem que se tornou mundialmente conhecido pela Teoria Tridimensional do Direito. Sinto-me envaidecido por esse momento, por esta inauguração".

Em continuidade aos eventos programados, foi prestada mais uma homenagem às servidoras do Tribunal com o lançamento do Projeto "Revelações", um livro virtual com textos, relatos, crônicas, contos e poemas sobre a história de vida das mulheres da Justiça Federal da 1.ª Região. Na ocasião, a servidora da Secretaria de Recursos Humanos, Vanessa Rodrigues Siqueira, leu um trecho do livro com a história da servidora Maura Carvalho.

O Coral Habeas Cantus, regido pelo maestro Paulo Santos e acompanhado pelo pianista Ilke Takada, encerrou o dia dedicado às comemorações com a música "Super-Homem, a canção", de Gilberto Gil, e um *pot-pourri* popular. ■



Membros do
TRF/ 1.ª Região
inauguram espaço
de convivência
Pontes de Miranda



Bibliotecários comemoram os 50 anos da profissão

EVENTOS CELEBRAM CONQUISTAS,
ENTRE ELAS A OBRIGATORIEDADE
DE HAVER BIBLIOTECA NAS
ESCOLAS DO PAÍS

MAURO PUTINI



Bibliotecários do TRF e das seções judiciárias da 1.ª Região reuniram-se no Tribunal

JAQUELINE MENDES E RICARDO CASSIANO

No dia 12 de março, no período da manhã, bibliotecários de toda a Justiça Federal da 1.ª Região e de diversos órgãos públicos reuniram-se no Palácio do Planalto para celebrar o Dia Nacional do Bibliotecário. O evento “Bibliotecários – 50 anos de profissão” foi promovido pela Presidência da República, e o painel de debate “Organização e recuperação da informação no século XXI: paradigmas e desafios” abriu o encontro. A comemoração foi dedicada ao cinquentenário da Lei 4084/62 – que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício –, da criação dos conselhos e da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), e da proposta de criação do curso de Biblioteconomia da Universidade Nacional de Brasília (UNB).

Segundo o sítio da secretaria da Presidência da República, algumas conquistas dos bibliotecários foram lembradas,

reforçando a importância desses profissionais, a exemplo da Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, que determina a presença de bibliotecas e bibliotecários em todas as escolas do país.

À tarde, em continuidade às comemorações, os bibliotecários do TRF e das seções judiciárias da 1.ª Região reuniram-se no Espaço Orlando Gomes do tribunal, para o II Encontro dos Bibliotecários da Justiça Federal da 1.ª Região. As atividades foram coordenadas por Carmem Freire, chefe da seção de processamento técnico da biblioteca Ministro Adhemar Maciel Gomes, e, na ocasião, os participantes receberam instruções sobre procedimentos a serem seguidos em todas as bibliotecas da Primeira Região. Segundo a diretora da Divisão de Biblioteca (Dibib), Márcia Mazo, o objetivo é a padronização e unificação dos acervos das bibliotecas da Primeira Região. “Essa ação facilitará a

identificação dos livros, tanto pra nós bibliotecários quanto para os usuários da biblioteca”.

Ao longo da semana comemorativa no Tribunal, ocorreram diversas sessões temáticas sobre a unificação de acervos e pequenos reparos em livros, com o objetivo de propor soluções para as dificuldades encontradas no funcionamento das bibliotecas da Primeira Região e conscientizar o público da Casa sobre a importância da leitura. Para Nelma Azevedo, bibliotecária da seccional do Pará, o evento é de grande importância, pois “o contato com os colegas e com a sede da 1.ª Região nos proporciona mais informações sobre procedimentos e, ainda, a oportunidade de esclarecer algumas questões referentes ao nosso trabalho como bibliotecários”.

Mesa-redonda – Uma mesa-redonda realizada no dia 16 de março, no Salão Nobre do TRF, encerrou a programação e abordou o tema “Leitura: sua importância e necessidade”. Participaram do evento os desembargadores federais Mônica Sifuentes e Cândido Ribeiro, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Francisco Rezek, e a professora da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Brasília (UnB), Lílian Álvares.

O convite partiu da diretora da Divisão de Biblioteca (Dibib), Márcia Mazo, que abriu os trabalhos agradecendo a presença dos integrantes da mesa e dos cerca de 70 servidores que compareceram no Salão Nobre. Em seguida, o corregedor regional da Justiça Federal da 1.ª Região, Cândido Ribeiro, tomou a palavra para presidir a mesa-redonda. Afirmou ser um leitor assíduo de jornais e revistas, mas que jamais abandona os livros de cabeceira. “Eu reconheço que a leitura e o livro são o caminho da nossa liberdade. Quem não teve acesso à leitura não terá acesso à consciência, à manifestação e à

liberdade da cidadania completa”, pontuou.

Após as palavras do magistrado, a desembargadora Mônica Sifuentes fez uma breve explanação sobre o atual valor dos livros e do bibliotecário. Ao discorrer sobre o papel da internet como fonte de informação, afirmou que o profissional da biblioteca “nunca será substituído” pelos recursos digitais. “A informação [na internet] é truncada, mas o bibliotecário é quem vai apontar qual o melhor autor e onde encontrar. Essa relação pessoal nenhum ‘Dr. Google’ substitui”, exclamou.

Na apresentação seguinte, com discurso entusiasmado, a professora Lílian Álvares usou a própria história para exemplificar a origem do amor pela leitura. Disse que o melhor momento para mergulhar-se nesse mundo é ainda na infância, quando há mais influência dos pais. “Hoje é perigoso deixar para mais tarde porque as novas tecnologias são muito atraentes”, alertou, ao apontar a necessidade de uma atenção especial do Estado para que famílias “sem capital cultural” não permaneçam em desvantagem. Lílian Álvares também usou grandes títulos da história da literatura para classificar os livros como fontes de emoção, obras de arte e instrumentos de forte influência política.

O ministro do STF Francisco Rezek foi o último a se apresentar, antes das considerações finais. Entre pensamentos densos – porém expostos de forma leve e descontraída – e citações de autores que marcaram gerações, Rezek ratificou as palavras da professora da UnB, ao citar benefícios, para toda a vida, do hábito da leitura precoce. “Eu posso não me lembrar do filme que assisti na semana passada, mas o que li na primeira juventude, eu recordo páginas inteiras de cor”, comparou.

Nesse contexto, o ministro criticou os *best sellers* sazonais da indústria moderna, especialmente os voltados aos jovens, e recomendou a leitura de conteúdos com “relevância histórica e política”.

Mas alertou que, ao fazê-lo, é preciso estabelecer o que chamou de “roteiro de prioridades”, para não se deixar manipular por informações distorcidas e superficiais difundidas, principalmente, pelos meios de comunicação.

A desembargadora federal Mônica Sifuentes encerrou a mesa-redonda reproduzindo uma crônica do escritor Ruben Alves sobre a influência da leitura na forma de enxergar o cotidiano. “O mundo seria muito pobre se em mim não estivessem os livros que li e amei”, citou a magistrada na leitura. ■



O ministro do STF Francisco Rezek recomenda aos presentes a leitura de conteúdo de relevância histórica e política

Piauí ganha Centro de Pacificação Social

OBJETIVO DO PROJETO É PROMOVER AÇÕES DE CONCILIAÇÃO QUE ENVOLVAM AS JUSTIÇAS FEDERAL, DO TRABALHO, ESTADUAL E ELEITORAL

▼ JAIR CARDOSO E VIVIANE BANDEIRA (SJ PI)

A Justiça Federal do Piauí inaugurou, no dia 9 de março, o Centro de Pacificação Social do estado. Localizado na sede do Centro Nacional de Cultura da Justiça (Cenajus), o Centro de Pacificação tem como objetivo a convergência das ações de conciliação da Justiça Federal do Piauí, do Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região, do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Piauí.

A solenidade de instalação do Centro de Pacificação Social contou com a presença da corregedora nacional de justiça, ministra Eliana Calmon, do presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, e do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Aldir Passarinho Júnior. Também compareceram presidentes das casas judiciárias do Estado, desembargadores federais – Cândido Ribeiro, Leomar Amorim e Reynaldo Fonseca –, magistrados e representantes de instituições, como o Ministério Público Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Piauí (OAB/PI).

Para o presidente do TRF da 1.ª Região, desembargador

federal Olindo Menezes, a iniciativa do CNJ é uma tendência que se deve expandir. “A instalação do Centro de Pacificação Social é um presente para a população do Piauí. Isso é muito importante para a Seção Judiciária, para o Estado do Piauí, e para a comunidade, porque ela vai ter acesso ‘facilitatório’ aos serviços jurisdicionais.”

Durante o evento, a ministra Eliana Calmon destacou que a implantação do Centro no Piauí é um exemplo que deve ser seguido por outros estados. “A Justiça não pode andar em ilhas isoladas. É necessário que o Poder Judiciário esteja unido em torno de um objetivo comum, que é atender à coletividade. Reunindo esforços, os tribunais do Piauí irão traçar metas comuns, tornando o judiciário piauiense mais rápido e efetivo, auxiliando numa melhor prestação jurisdicional. Isso é o que chamamos de administração compartilhada”.

O coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, também esteve presente à solenidade, e falou

RAMON PEREIRA

Cenajus





Ministra Eliana Calmon prestigia solenidade ao lado de autoridades do TRF/ 1.ª Região e do ministro Aldir Passarinho (STJ)

sobre a participação da Justiça Federal no Cenajus. “O Poder Judiciário, hoje, não está mais repensando seu papel de formas alternativas de solução de conflitos, mas, sim, na solução integrativa, ou seja, os conflitos sociais apresentados à Justiça têm que ser solucionados de uma forma global pelas justiças do Trabalho, Federal, Estadual e Eleitoral. E aqui no Piauí nós estamos dando um exemplo de que é possível essa integração.” Para Reynaldo Fonseca, o Centro de Pacificação Social e o Núcleo de Conciliação instalados no Cenajus representam uma nova proposta, com a qual as justiças Federal, do Trabalho, Estadual e Eleitoral otimizarão o projeto de integração de conciliação para toda a população, nos seus mais variados caminhos.

Natural do Piauí e presente à solenidade, o desembargador federal do TRF da 1.ª Região Kássio Marques considera

que a instalação do Centro de Pacificação Social aponta um caminho novo para o judiciário brasileiro. “Trata-se de um centro de capacitação e de aproximação da justiça e do cidadão. É um centro que vai iniciar o processo de dirimir conflitos antes que eles existam. É, sem dúvida, uma forma prática e inteligente de minimizar o sufocamento pelo qual passa o Poder Judiciário atualmente.”

Kássio Marques ainda destacou o papel desempenhado pelo Poder Judiciário no processo de manutenção da cultura da conciliação. “Cabe ao Poder Judiciário e ao Estado brasileiro influenciar na formação cultural do nosso povo pela conciliação, e a instalação do Centro de Pacificação Social é um passo importante. Chamar o cidadão para dentro do Poder Judiciário e tentar dirimir os conflitos antes que eles sejam devolvidos à Justiça.”

A instalação do Centro de Pacificação Social atende à resolução n.º 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e auxiliará na resolução de conflitos que envolvem o Poder Judiciário. O Centro abrigará o Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV), o Núcleo de Atenção Permanente ao Preso (NAPP) e os núcleos de conciliação da Justiça Federal, do Tribunal de Justiça local e do Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região.

Núcleo de Advocacia Voluntária – Por meio da Justiça Federal do Piauí, o Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV) presta assistência jurídica gratuita à população, auxiliando na solução de litígios que envolvem, principalmente, o INSS. Já o Núcleo de Assistência Permanente ao Preso, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado, tem a função de fiscalizar o sistema carcerário piauiense, buscando garantir a dignidade do apenado.

O Centro Nacional de Cultura da Justiça (Cenajus) é um projeto do programa Casas de Justiça e Cidadania, com sede em Teresina, capital do Piauí. Em funcionamento desde 2009, é um espaço de reflexão-ação em torno do fortalecimento das instituições jurídico-sociais brasileiras, em defesa da paz e da justiça, como marcos de uma sociedade civilizada. Constituindo-se em centro irradiador da cultura de ação em rede, o Cenajus apresenta-se como um espaço estratégico de articulação e pesquisa para a difusão dos direitos como estratégia de fortalecimento da vida.

Segundo o diretor do foro da SJ/PI, Carlos Augusto Pires Brandão, o Centro de Pacificação Social agirá de forma preventiva, o que dará mais agilidade aos trabalhos da Justiça. “O Centro de Pacificação Social mudará o foco da Justiça, que deixará de concentrar ações na gestão de processos para preveni-los com atuação pautada na solução de litígios sociais que envolvam o Judiciário no Piauí”.

Integração do Judiciário – Durante a solenidade de inauguração do Centro de Pacificação Social do Piauí, as instituições do poder judiciário do Piauí assinaram termo



FOTOS: RAMON PEREIRA



Os desembargadores federais do TRF/ 1.ª Região Cândido Ribeiro, Leomar Amorim e Kassio Marques, homenageados pelo diretor do foro, Carlos Brandão, com a comenda Grã-Cruz

de cooperação, visando integrar as rotinas e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Comitê de Saúde – Oportunamente, será instalado também o Comitê Executivo Estadual de Monitoramento das Demandas Judiciais para Saúde no Piauí, que tem a função de diagnosticar os problemas que envolvem a Saúde no Estado, buscando soluções administrativas em detrimento de soluções judiciais.

Comenda Grã-Cruz “Evandro Lins e Silva”

Ainda durante a solenidade de instalação do Centro de Pacificação Social do Piauí no Centro Nacional de Cultura da Justiça (Cenajus), o diretor do Foro, José Carlos Pires Brandão, outorgou a Comenda Grã-Cruz do Mérito Judiciário “Evandro Lins e Silva” a magistrados, autoridades e personalidades símbolo da cultura piauiense.

A comenda, instituída pela Portaria n.º 265/2004/Diref, de 7 de maio de 2004, tem como objetivo homenagear magistrados e servidores graduados que atuam ou atuaram na Justiça Federal de Primeiro Grau da Seção Judiciária do Estado do Piauí, autoridades, personalidades e demais pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, que se hajam distinguido ou projetado em quaisquer ramos do Direito, bem como outra atividade sociocultural, ou que tenham prestado relevantes serviços à Justiça Federal, de modo especial, à Justiça Federal do Estado do Piauí.

Entre os agraciados com a Comenda Grã-Cruz do Mérito Judiciário “Evandro Lins e Silva”, estão a corregedora nacional de justiça, ministra Eliana Calmon, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Aldir Guimarães Passarinho Júnior, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, os desembargadores federais Kassio Marques, Cândido Ribeiro e Leomar Barros Amorim, o desembargador federal eleitoral Haroldo Oliveira Rehem, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região, desembargador federal do Trabalho Wellington Jim Boavista, o desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, Raimundo Nonato da Costa Alencar, o procurador regional do Trabalho, Marco Aurélio Lustosa Caminha, e o juiz federal titular da 2.ª Vara da Seção Judiciária do Piauí, Márcio Braga Magalhães.

Também receberam a comenda o diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro do TRF/ 1.ª Região e presidente da Comissão de Instalação de Novas Varas, Carlos Frederico Maia Bezerra, o professor Cineas das Chagas Santos e a artista Laurenice França de Noronha Pessoa. ■



INTERNET

Uso do Sistema de Catalogação Virtual de Documentos é obrigatório na justiça federal de primeiro grau

NOVA FERRAMENTA TRAZ MAIS AGILIDADE
PARA AS ATIVIDADES JURISDICIONAIS

JAIR CARDOSO

Entrou no ar, no dia 13 de março, a mais nova ferramenta de catalogação de documentos da primeira instância da Primeira Região, (e-CVD). Por meio dela, a pesquisa nos documentos produzidos para os processos digitais foi otimizada e pode facilitar o desempenho das atividades jurisdicionais.

O sistema e-CVD é responsável pelo cadastramento de documentos passíveis de catalogação – processos digitais, que serão inseridos automaticamente pelo TRF1Doc, processos físicos e, ainda, documentos não vinculados a processo. No caso de documentos físicos, o registro ocorrerá por meio da inserção de arquivos previamente digitalizados em formato PDF, a partir da rotina própria do e-CVD, devendo ser cadastradas as informações pertinentes ao que foi catalogado.

Segundo a servidora da Divisão de Especificação de Projetos de Sistemas (Diesp), Mônica Regina Ferreira Rodrigues, o CVD já existe no primeiro grau. “O que muda agora é que no e-CVD a catalogação é automática para processos digitais”. Outra novidade, conforme salienta Mônica, é que os documentos catalogáveis de processos físicos que não foram incluídos no antigo formato podem ser digitalizados e inseridos diretamente no sistema atual.

“Essa ferramenta poderá possibilitar que os documentos catalogados, mesmo do processo físico, dependendo do grau de sigilo, possam ser disponibilizados para consulta dos advogados na internet”.

A lista de documentos catalogáveis é extensa. De acordo com o Provimento Coger 66, é obrigatória a catalogação virtual de acórdão, alvará de soltura, ata de audiência com sentença, ata de audiência, ata de inspeção, ata de julgamento, boletim estatístico do tipo 1, boletim estatístico do tipo 2, boletim estatístico do tipo 4, decisão de antecipação de tutela, decisão interlocutória, decisão liminar e decisão, mandado de prisão, mandado, sentença e termo de fiança. ■

O sistema e-CVD foi normatizado pelo Provimento Coger 66, de 16 de dezembro de 2011, que altera os artigos 347 a 353 do Provimento Coger 38, de 12 de junho de 2009. Os artigos dispõem sobre os livros, as pastas e o catalogador virtual de documentos e-CVD, de uso obrigatório nas varas federais da 1.ª Região.

e-CVD

e-Jur é implantado na Seção Judiciária de Minas Gerais

PRIMEIRA REGIÃO TOTALMENTE INTEGRADA
PELO SISTEMA PROCESSUAL DIGITAL

FOTOS: SECOS/MG



Procurador-chefe da PRMG, Adailton do Nascimento, juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco e juiz federal diretor do foro da SJMG, Itelmar Raydan Evangelista

CHRISTIANNE CALLADO/ SECOS MG

No dia 19 de março, a Seção Judiciária de Minas Gerais passou a integrar o Sistema Processo Digital (e-Jur), já adotado pelos 13 estados integrantes da Primeira Região e pelo Distrito Federal, o que torna a seccional ainda mais acessível, de qualquer computador, aos usuários cadastrados.

Uma solenidade oficial celebrada na sede da Seção Judiciária marcou o início das atividades do e-Jur. Inicialmente, o novo sistema contemplará os mandados de segurança e as ações monitórias, para, num segundo momento, após os devidos ajustes, abranger todas as classes de ações.

O vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, desembargador federal José Amilcar de Queiroz Machado, representando o presidente Olindo Menezes, compôs a mesa de honra ao lado dos juízes federais Itelmar Raydan Evangelista (diretor do foro da SJMG), José Alexandre Franco (em auxílio à Presidência do TRF) e Kátia Balbino de Carvalho Ferreira (em auxílio à Corregedoria e gestora dos sistemas processuais do 1.^o Grau); além do

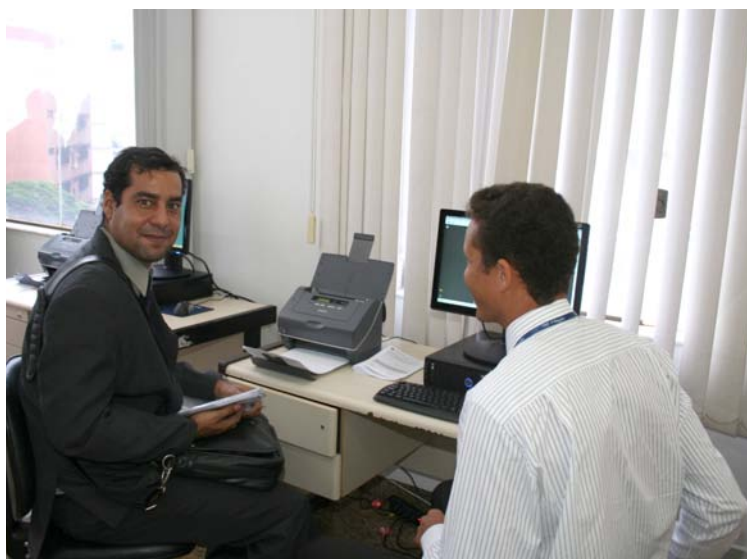
procurador-chefe da Procuradoria da República do Estado de Minas Gerais, Adailton Ramos do Nascimento, e do diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF, Márcio Cruz Souza.

Ao abrir a solenidade, que contou com a presença de juízes federais, diretores de secretaria das varas federais e de servidores, José Amilcar Machado ressaltou que houve por parte do TRF/ 1.^a Região uma preocupação maior em relação à implantação do e-Jur na Seção Judiciária de Minas Gerais, em virtude da magnitude demográfica e intensiva demanda apresentadas pelo estado. “Tínhamos que chegar aqui com um *software* já desenvolvido. Em Minas, os problemas teriam maior impacto, pelo volume de demandas da seccional” – disse Amilcar Machado.

O vice-presidente explicou que o e-Jur se apoia numa base legal – a Lei 11.419/06, que dispõe sobre a informatização do processo judicial; a Resolução n.º 79/2009 do Conselho da Justiça Federal e as resoluções Presi n.º 600/25 e 600/26, ambas de 2009. Na oportunidade, des-



Vice-presidente do TRF, desembargador federal José Amilcar Machado; juíza federal em auxílio à Coger, Kátia Balbino, e o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF, Márcio Cruz Souza



Na avaliação de Felipe Perez Nunes, o novo sistema auxilia os advogados e traz celeridade à tramitação do processo

tacou também os benefícios trazidos pelo novo sistema: maior acessibilidade, celeridade e padronização dos procedimentos de trabalho, desburocratização de processos e valorização dos recursos humanos, economia de espaço físico, disponibilidade sem fronteiras dos processos digitais e independência da localização geográfica, segurança e rapidez no armazenamento e recuperação de informações processuais e preservação ambiental, já que o uso do tradicional papel será abolido.

Segundo o vice-presidente José Amilcar Machado, o e-Jur torna realidade a era digital na Justiça Federal e impõe a quebra de paradigma. Ao falar sobre o desafio representado pela resistência ao avanço da tecnologia, o desembargador federal recordou o poeta Gibran Khalil Gibran, ao dizer que “este é um processo irreversível, pois a vida não anda para trás nem se detém no ontem”.

A relevância da implantação do sistema processual

digital para o órgão foi reforçada pelo juiz federal diretor do foro, Itelmar Raydan Evangelista: “Com a implantação desse sistema nas varas cíveis de Belo Horizonte, a Justiça Federal da 1.^a Região dá mais um passo significativo rumo a uma atuação cada vez melhor no exercício do seu compromisso maior de promover a cidadania plena através da jurisdição”.

Além da harmonia entre informação e tecnologia, a nova ferramenta deverá também trazer mudanças na rotina de trabalho de juízes federais. “É imprescindível o rompimento com a postura que tradicionalmente esteve arraigada no ambiente forense – com o conceito de autos de papel – e na realidade física e presencial do ambiente de trabalho. Queramos ou não, o ambiente de trabalho desses novos tempos não é tão somente o gabinete do juiz. O trabalho, para aqueles que lidam com a atribuição de tomar decisões, enfim, de prestar jurisdição, não mais deve ser medido em jornadas pré-definidas no tempo, mas em resultados efetivos em benefício dos cidadãos”, afirmou Itelmar Evangelista.

Um histórico sobre os detalhes técnicos da implantação do e-Jur em Minas Gerais foi apresentado pela gestora dos sistemas processuais do 1.^o Grau, juíza federal Kátia Balbino Ferreira. Na opinião da magistrada, ainda há muito por ser feito para o aperfeiçoamento da ferramenta. “Poderá haver mudanças, e a equipe está trabalhando para aperfeiçoar o sistema”, afirmou. A estabilização do sistema em toda a Primeira Região já é uma conquista. Para o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF, Márcio Cruz Souza, os desafios de sua equipe de trabalho serão outros. “A estabilização do e-Jur já é uma realidade, que foi conquistada após os oito primeiros meses da gestão do Dr. Olindo. A ampliação de classes processuais requer testes de carga no sistema, o que poderá ser feito nos próximos dois meses. Já a implantação do e-Jur nas subseções vai exigir um estudo mais aprofundado da Secin, pois as mudanças serão estruturais, e consumirão provavelmente de seis a oito meses de trabalho intenso”, afirmou.

A Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais foi a última unidade da Primeira Região a partilhar do e-Jur, pelo fato de concentrar o maior número de varas e dos feitos em tramitação no TRF/ 1.ª Região. No estado, apenas a Subseção Judiciária de Uberlândia operava o sistema.

Com a implantação do e-Jur, a Justiça Federal da Primeira Região fica completamente integrada pelo sistema processual digital. “Isto que acontece hoje aqui é um sonho”, resumiu Kátia Balbino ao apontar, como grandes

mentores desse trabalho, o presidente Olindo Menezes e o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco.

A solenidade foi encerrada pelo vice-presidente do Tribunal, José Amilcar Machado, que, na oportunidade, mostrou aos presentes a cópia da primeira petição inicial apresentada por meio do e-Jur na Seção Judiciária de Minas Gerais – um mandado de segurança distribuído para a 8.ª Vara Federal.

Novas centrais



Central de Devolução de Autos: vice-presidente José Amilcar Machado salientou a importância de medidas de racionalização do trabalho na Justiça Federal

Como parte da solenidade foram inauguradas a “Central de Devolução de Autos” e a “Central de Digitalização”. Os postos têm o propósito de facilitar a rotina de trabalhos dos advogados, procuradores e partes na Justiça Federal.

A Central de Devolução de Autos foi criada pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, por meio da Portaria 10-45/Diref. Além de facilitar a relação entre os membros da Advocacia e da Justiça Federal, essa iniciativa vem auxiliar o controle de acesso às dependências da seccional, minimizando a desnecessária circulação de pessoas no âmbito interno, com a redução de riscos e congestionamentos dos ambientes de acesso, tais como portarias e elevadores.

A instalação da Central de Digitalização tem como objetivo melhorar a transição entre o papel e a mídia digital. Localizada próximo à sala da OAB, na sede da seccional, a central conta com sete conjuntos de computadores conectados à internet e escaneadores. Sob a orientação de um servidor da Justiça Federal, os advogados, membros do Ministério Público Federal e partes podem digitalizar petições e outros documentos.

Para Felipe Perez Nunes, advogado previdenciário, a medida veio para trazer celeridade à tramitação do processo: “Estou distribuindo, pela primeira vez, a petição inicial pelo sistema eletrônico. Achei muito interessante, porque vai agilizar mais ainda o procedimento e o próprio processo, uma vez que não será preciso me locomover do escritório à Justiça para fazer distribuição. Já sou cadastrado e estou utilizando o sistema tranquilamente”. ■

Corregedor regional encerra correições ordinárias na Primeira Região

SEÇÕES JUDICIÁRIAS DO MARANHÃO E PIAUÍ FECHAM O CALENDÁRIO DE TRABALHOS

IVANI MORAIS, SONIA JANSEN E VIVIANE BANDEIRA

A Corregedoria Regional da Justiça Federal de 1.º grau da Primeira Região encerrou, no dia 8 de março, o calendário de atividades correicionais nas 14 seções judiciárias e nas subseções – exceto naquelas instaladas há menos de um ano –, um trabalho que iniciou em 2 de agosto de 2010, na seccional de Goiás.

As correições finais foram iniciadas no dia 28 de fevereiro, ocasião em que o corregedor falou do principal objetivo da correição. “Ela tem a função de averiguar a prestação jurisdicional dos tribunais à sociedade. São avaliadas, principalmente, as questões relacionadas ao tempo do trâmite dos processos, desde o despacho até o proferimento das sentenças”, afirmou Cândido Ribeiro (foto).

Além da sede da Justiça Federal no estado do Piauí, a correição abrangeu as subseções de Picos e Parnaíba. Em Picos, passaram pela avaliação correicional livros e pastas obrigatórias, além de 250 processos, sendo 49 do Juizado Especial Federal e 191 da Vara Comum. De acordo com o diretor de secretaria da Subseção Judiciária de Picos, Gilson Neiva Santos, a Corregedoria reconheceu que existe demanda suficiente para a criação de uma segunda vara federal na cidade, já que a vara única, de competência geral e com juizado especial federal adjunto, atua desde novembro de 2005 com uma equipe de 60 pessoas (24 servidores, 11 prestadores de serviço, 5 cedidos, 10 estagiários remunerados e 10 estagiários voluntários)

Para o diretor do foro da Seção Judiciária, juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão, a Seção Judiciária do Piauí necessita de, pelo menos, três novas varas federais, além das já previstas para instalação, sendo uma para a cidade de Picos e duas para Teresina. “Na cidade de Picos, temos uma subseção com mais de 12 mil processos, o que constitui um número expressivo para o porte de uma subseção judiciária. Por isso, parece importante a instalação das varas previstas para São Raimundo Nonato e Corrente, situadas no Sul do Estado. Também, Teresina necessita de, pelo menos, duas novas varas, além do previsto para instalação em 2013. As varas de JEFs se respon-

sabilizam, conjuntamente, por cerca de 64 mil processos, apenas em Teresina. As demais varas (1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.ª) acumulam demandas cíveis e criminais em quantidade superior a 14 mil e 800 processos. “Por uma necessidade de eficiência trazida pelas especializações, as duas novas varas seriam privativas dos processos criminais”, destacou o magistrado.

Além da Justiça Federal do Piauí, a Subseção Judiciária de Caxias, no Maranhão, passou por correição no mesmo período.

Ao avaliar o trabalho realizado no biênio, o corregedor regional Cândido Ribeiro considerou positivos os resultados. Ele também destacou os procedimentos internos da Corregedoria, as sindicâncias, e falou do papel da correição e sua importância num tribunal. “Na verdade, o nosso trabalho é de acompanhamento do desempenho da prestação jurisdicional e do funcionamento da justiça federal de 1.º grau em toda a 1.ª Região. Todos os relatórios das correições já foram apresentados ao Conselho de Administração do Tribunal, e devidamente aprovados.”

Sobre a polêmica que envolve o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto à competência das corregedorias, Cândido Ribeiro afirmou: “O que o Supremo fez foi exatamente definir os papéis de cada um dos órgãos, e concluiu-se que a atribuição, a competência, é concorrente e, não, subsidiária. Isso é importante porque tanto a corregedoria local quanto a corregedoria nacional podem ter a iniciativa de apurar os fatos que lhe cheguem através de representação ou através da imprensa falada ou escrita.”

Aos encerrar os trabalhos, o magistrado deixa a Coger com a certeza do dever cumprido. “A sensação é exatamente de ter cumprido com todas as tarefas que eu tive que enfrentar nesse período”. ■

VINICIUS LOURES





"Dialógica Feminina"

▼ BRUNO BANDEIRA/ MC



A exposição "Dialógica Feminina", das artistas plásticas e servidoras do TRF da 1.ª Região Cristine Flores, Esmeralda Guedes, Hilda Curcio, Rita Teodósio – todas da Divisão de Apanhamento (Divap) da Coordenadoria de Taquigrafia –, da aposentada Leda Del Caro e das colaboradoras Eleny Perdigão e Wladia Drummond, realizada no Espaço Cultural, no período de 19 a 29 de março, encerrou as comemorações em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Usando o conceito do filósofo Martin Barbero de que todo o ambiente é um ecossistema comunicativo, as artistas plásticas reuniram seus talentos e produziram um mix de arte com poesia, pinturas e esculturas.

A exposição retratou a preocupação das servidoras com o papel social da mulher no mundo, sobretudo daquela que não teve oportunidade de crescimento. "É uma exposição delicada, preocupada, principalmente, com o lado social, voltado para a situação de mulheres que ainda hoje sofrem por não terem oportunidades na vida para crescerem", explica a servidora Cristine Flores. ■

Contato com as artistas: cristine.garcia@trf1.jus.br

FOTOS: RAMON PEREIRA





GOIÁS

Juizado itinerante no município de São Miguel do Araguaia

O coordenador dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás, juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros, no dia primeiro de março e no dia 2 do mesmo mês, firmou parcerias com as prefeituras, universidades, instituições públicas, organizações civis e autoridades locais para a realização do JEF itinerante no município goiano de São Miguel do Araguaia.

Na ocasião, foram colhidas as informações necessárias para a montagem da infraestrutura, e definido o lugar de realização dos trabalhos. Também foram delineadas as estratégias de divulgação do evento.

Além da população de São Miguel do Araguaia, o JEF deve alcançar os cidadãos dos municípios de Mara Rosa, Novo Planalto, Mutunópolis, Bonópolis, Amaralina, Campos Verdes, Nova Crixás e Mundo Novo.

A primeira fase da ação, que é a de atermações, está prevista para acontecer no período de 16 a 20 de abril. E até o final de junho serão realizadas as fases de conciliação e julgamento.



PARÁ

Subseção de Castanhal se despede de magistrada

Servidores, prestadores de serviços e estagiários, juntamente com o juiz federal da Subseção de Castanhal, José Valterson de Lima, despediram-se, na manhã do dia 2 de março, da juíza federal substituta Priscilla Pinto de Azevedo.

Depois de dez meses de atuação na Justiça Federal de Castanhal, a magistrada obteve remoção para Belém, onde será lotada na 8.ª Vara, especializada em juizado especial federal, que julga pequenas causas, no valor de até 60 salários mínimos.

Durante café da manhã oferecido em homenagem à juíza, o diretor da Subseção, José Valterson de Lima, enalteceu a grande contribuição que ela prestou para a efetividade da tutela jurisdicional naquele juízo.

Priscila Azevedo agradeceu a acolhida e o apoio que recebeu em Castanhal, e falou sobre a grande experiência que adquiriu durante os dez meses em que atuou na Subseção, que tem jurisdição sobre 38 municípios da região nordeste do Pará.

PIAUI

Jornada de integração marca união do judiciário piauiense

A I Jornada de Integração do Judiciário no Piauí, realizada no dia 2 de março, na sede da Justiça Federal, formalizou a disposição dos órgãos do Poder Judiciário locais de trabalhar de forma integrada e cooperativa, a fim de melhorar a prestação dos serviços aos jurisdicionados.

No discurso de abertura, o diretor do foro da seccional do Piauí, juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão, afirmou que a Jornada de Integração é o início de um novo tempo no judiciário piauiense: “Essa iniciativa local, fruto do nosso diálogo e amizade, torna possível o enfrentamento de dificuldades e distorções. A Jornada de Integração sistematiza os caminhos da ação cooperativa entre as instituições e demonstra que o solo piauiense é fértil de boas ideias e práticas”, ressaltou.

O evento contou com as presenças de diversas autoridades do Piauí, entre elas o desembargador do Tribunal

de Justiça do Estado, Edvaldo Moura. “O Piauí iniciou as discussões sobre integração no Judiciário antes mesmo da resolução do CNJ”, afirmou o magistrado. Representando o CNJ, o juiz José Guilherme Vasi Werner elogiou a iniciativa pioneira do Piauí na realização da Jornada e recomendou que seja ela copiada nos outros estados brasileiros.

No turno da tarde, os servidores da Justiça Federal do Piauí, do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Regional do Trabalho se reuniram em grupos, divididos por área de atuação, e formularam projetos de ação cooperativa, com o assessoramento do analista judiciário e membro do Escritório de Projetos do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, José Roberto Ferretti. “Os projetos apoiam a conquista de metas que vão produzir caminhada na carreira pessoal e profissional”, enfatizou José Roberto Ferretti.



SECO/SPH

DISTRITO FEDERAL

SJDF promove mais um mutirão de conciliação

De 19 a 27 de março, foi realizada, na Seção Judiciária do DF, mais uma edição dos mutirões de conciliação. Foram selecionados 283 processos pela Caixa Econômica Federal (CEF), oriundos da 11.ª, 16.ª, 18.ª e 19.ª vara da SJDF.

O auditório do Edifício-Sede I da seccional foi di-

vidido em quatro ilhas compostas de computadores e impressoras. Além de magistrados, compuseram as mesas de conciliação gestores da CEF e os executados. As audiências e os acordos firmados foram assinados e homologados pelos juízes federais respectivos de cada vara.



MISABEL LEAL/SCS/DF

MARANHÃO

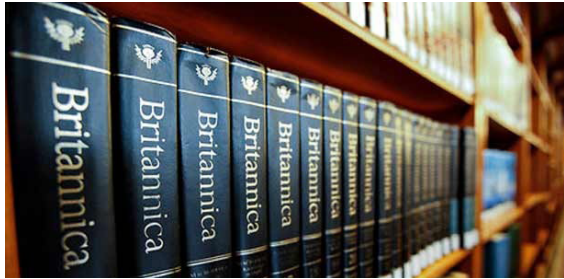
Mutirão de Imperatriz celebra mais de dois mil acordos

Os resultados do mutirão realizado em Imperatriz, no período de 12 a 17 de março, em processos do Juizado Especial Federal, foram comemorados pelo coordenador da Subseção, Newton Pereira Ramos Neto, que afirmou: "a experiência do mutirão nos juizados federais é sempre extraordinária. Primeiro, por permitir a aproximação da Justiça Federal do cidadão comum, momento em que fica evidenciada a relevância social da missão de que fomos incumbidos. Segundo, por assegurar que a prestação jurisdicional se traduza em garantia efetiva do acesso a condições básicas de cidadania".

De um total de 4.102 processos, 2.512 resultaram em acordo, ultrapassando os 60 por cento.

O coordenador lembrou a impressionante demanda dos juizados na região, que chega a oitocentos processos distribuídos por mês, mas ressaltou que não há espaço para desânimo. "Pelo contrário. Conseguimos realizar o julgamento de mais de quatro mil processos, que implicaram o pagamento de mais de sete milhões de reais de parcelas atrasadas, recursos que, certamente, irão fomentar a economia da região."

Ele concluiu dizendo que essas medidas e outras que serão implementadas ao longo deste ano com a implantação da 2.ª vara serão capazes de "dar um novo colorido à nossa incessante busca pela eficiência na tarefa de distribuir justiça".



INTERNET

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA DÁ ADEUS AO PAPEL

Coleção de volumes, que era publicada anualmente há quase três séculos, agora só estará disponível na Internet. Depois de 244 anos de volumes, a Enciclopédia Britânica, que já foi apontada como o repositório de boa parte do conhecimento humano ao longo de décadas, anunciou que não vai mais ser publicada em papel. Após dezenas de edições e sete milhões de coleções de volumes vendidos, a enciclopédia passará a ser publicada somente na Internet. A última edição a sair em formato de livro tradicional foi a de 2010.

Jornal O Globo
14 março

UM NOVO "PRIMO DO HOMEM"

Fósseis descobertos em duas cavernas no sudoeste da China prometem reescrever a história da evolução do homem. Datados entre 11.000 e 14.500 anos, os ossos apresentam características únicas, misturando as de homens modernos e arcaicos no que poderia ser uma nova espécie, até então desconhecida do gênero *homo*. Chamados de povo do veado vermelho, esses hominídeos tinham o rosto curto e recuado e a mandíbula para dentro. Eles foram contemporâneos do homem moderno.

Jornal O Globo
26 março 2012



REPRODUÇÃO/PIETRO SCHIOTTINI

PRIMEIRA MULHER NO COMANDO DAS ELEIÇÕES

A ministra Cármen Lúcia será a primeira mulher a comandar uma eleição no Brasil. Venceu o ministro Marco Aurélio de Melo por seis votos a um e vai substituir o ministro Ricardo Lewandowski na presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Mineira, de 57 anos, Cármen Lúcia é ministra do Supremo Tribunal Federal desde 2006, após ser indicada pelo então presidente Lula da Silva.

Folha São Paulo
16 março/2012



INTERNET

SENADO REDUZ TEMPO PARA DONA DE CASA SE APOSENTAR

A comissão de Assuntos Econômicos (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira um projeto de lei para reduzir o tempo de contribuição das donas de casa à Previdência Social para fins de aposentadoria. O projeto é voltado às mulheres de baixa renda que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico. Como pessoas de baixa renda, o projeto define aquelas com renda familiar de até dois salários mínimos mensais.

Jornal O Globo
15 março/2012





Câmeras ocultas e processo penal: duas hipóteses

“Condenar? Só após muita justificação, pois não basta apenas ter o poder de julgar”

(Perfecto Andrés Ibáñez,
Ministro do Tribunal Supremo da Espanha)

Com a definitiva adoção das novas tecnologias em matéria probatória, o foco da discussão deve ser alterado. Parece não haver mais espaço a polémicas em relação a sua admissibilidade ou não no processo, especialmente naquele de natureza criminal, mas à forma pela qual os operadores do direito devem atuar no manejo desse meio de provas, de modo a evitar violações indevidas à dignidade humana.

Pretende-se, com este trabalho, efetuar uma sucinta análise sobre o uso das imagens captadas por câmeras ocultas como meio probatório no processo penal. As possibilidades são inúmeras, desde aquelas produzidas por particulares, ainda que por meio de prosaicos aparelhos celulares, ou através de sofisticados equipamentos, até as apresentadas pela imprensa, por meio do denominado jornalismo investigativo.

Dois fatos recentes merecem atenção. O primeiro, pela comoção pública que provocou, comum em tempos de hiperconectividade através das redes sociais; o segundo, pela mudança de paradigmas no trato de aspectos próprios da intimidade, privacidade e imagem da pessoa, quando esta sofrer ataques por meio da imprensa investigativa.

O primeiro fato: em um município próximo ao Distrito Federal, recentemente uma mulher foi filmada, estando dentro de sua casa e sem seu conhecimento, por uma vizinha, enquanto praticava injustificados maus-tratos contra um filhote de cão da raça Yorkshire. À parte a odiosa agressão, vale discutir a forma pela qual os fatos se tornaram de conhecimento público e sua viabilidade como

elemento probatório. Em primeiro lugar, observa-se que a imagem gravada não era daquelas que qualquer pessoa, observando em plano horizontal, desde a via pública, pudesse obter. Se não houvesse invasão à privacidade ou intimidade da agressora – não é objeto deste texto fazer a distinção entre ambas – o ilícito talvez jamais tivesse chegado ao conhecimento das autoridades.

Parece correto o raciocínio que considera tal prova como ilícita. Nesses casos, a prova não deve ser incorporada ao processo e, se eventualmente isso ocorrer, não deve ser valorada. Parece não haver controvérsias a esse respeito.

Porém, e se ao invés da agressão ao pequeno cão a imagem captada em violação à intimidade da pessoa houvesse flagrado um crime mais grave, como violência sexual, homicídio ou ato grave de corrupção? Ainda assim seria vedada a valoração da prova? Em decisão não tão recente, o STF revela inflexibilidade na adoção do princípio da ponderação de valores quando em jogo o aproveitamento de provas ilícitas. No julgamento do RE 251.445 (Rel. Min. Celso de Mello, j. 21.6.2000) a Corte deliberou pela inviabilidade da aplicação do princípio da proporcionalidade em hipóteses de condenação baseada em provas ilícitas, dado o subjetivismo que tal espécie de interpretação implica.

O entendimento esposado baseou-se, ainda, em valiosa lição do constitucionalista Luis Roberto Barroso, em texto escrito em colaboração com a professora Ana Paula De Barcellos, onde esclarece:

“O entendimento flexibilizador dos dispositivos constitucionais citados, além de violar a dicção claríssima da Carta Constitucional, é de todo inconveniente em se considerando a realidade político-institucional do país. [...] Embora a idéia da proporcionalidade possa parecer atraente, deve-se ter em linha de conta os antecedentes de País, onde as exceções viram regra desde sua criação [...].

À vista da trajetória inconsistente do respeito aos direitos individuais e da ausência de um sentimento constitucional consolidado, não é nem conveniente nem oportuno, sequer de *lege ferenda*, enveredar por flexibilizações arriscadas” (in A viagem redonda: Habeas data, direitos constitucionais e as provas ilícitas, RDA n. 213, p. 149-163, jul./set. 1998).

Compreendida a lição, fica uma pergunta, a ser respondida intimamente pelo leitor: passados quatorze anos desde a lição do mestre Luis Roberto Barroso e doze anos desde a decisão da Suprema Corte, a realidade nacional e o respeito às Instituições e aos direitos individuais, no Brasil, já permitem pensar na aplicação de teorias que excepcionem a aplicação da prova ilícita em nosso direito?¹

O segundo fato: o Tribunal Constitucional espanhol declarou, em decisão recentíssima, ser ilegítimo o uso de câmeras ocultas na produção de matéria pelo denominado jornalismo investigativo, proibindo sua utilização independentemente da relevância do assunto em questão .

Historicamente, o jornalismo investigativo se desenvolveu nos EUA, a partir de 1955, através das revistas Life e Look. Estas foram as primeiras publicações a apresentar esse tipo de matéria, sem, porém, alcançar grande repercussão junto aos leitores. O jornalismo investigativo passou a despertar interesse quando, em 1971, os jornais americanos New York Times e Washington Post passaram a divulgar textos sigilosos sobre a participação do país na Guerra do Vietnã. Algum tempo depois, em 18 de junho de 1972, o segundo jornal deu início a uma série de matérias investigativas, de caráter político, que culminaram com a queda do então presidente americano Richard Nixon, no escândalo conhecido como Watergate. No Brasil, as reportagens investigativas, com utilização de câmeras ocultas, tornaram-se cada vez mais comuns. Possuem por caracte-

terística transformar os telespectadores em julgadores involuntários do fato, especialmente porque lhes permitem observar quase diretamente a prática do delito.

Sobre a mencionada decisão da Corte Constitucional espanhola, houve a confrontação entre os direitos fundamentais da liberdade de informação verídica e os direitos de intimidade e imagem. Reconheceu-se que o método se baseia em ardil ou engano empregados pelo jornalista, o qual simula, a cada contexto, identidades falsas, com o intuito de manter em erro a pessoa objeto da captação de imagem. Com base nesses argumentos, a Corte declarou nulas as provas judiciais, obtidas por meio de câmeras ocultas, que teriam causado a condenação de uma esteticista por haver atuado como profissional de saúde sem habilitação legal para tanto.

O uso da tecnologia das câmeras ocultas implica, especialmente na área jornalística, em infundáveis discussões a respeito da validade ética do expediente. As antigas e inteligentes técnicas utilizadas pelo jornalismo investigativo passaram por reformulação de conteúdo duvidoso, permitindo a transformação do repórter em justiceiro da sociedade. Ana Lúcia Menezes Vieira esclarece que, na atualidade, “a linguagem sensacionalista, caracterizada por ausência de moderação, busca chocar o público, causar impacto, exigindo seu envolvimento emocional.” (in *Processo penal e mídia*, São Paulo: RT, 2003, págs. 52/53). Assim, há claras evidências de que a jurisprudência, pelo menos a espanhola, vem se movimentando no sentido de interpretar de modo restritivo a utilização de imagens captadas subrepticiamente no âmbito do processo criminal, em respeito aos direitos fundamentais da intimidade e imagem. ■

*Palestrante da Esmaf/ 1.ª Região e promotor de justiça de Goiás

1. A notícia pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.abc.es/20120206/medios-redes/abci-constitucional-declara-ilegitimo-camaras-201202061430.html>>, acessado em 13/02/2012.

POR aí



Relógio em Tunis



Tunisiana



Relógio em Tunis



Panorâmica de mosaicos

Tunísia em azul, branco e perfume de jasmim

ESTÁVAMOS NA SICÍLIA QUANDO DECIDIMOS ATRAVESSAR O MAR MEDITERRÂNEO E APORTAR NAS ÁGUAS DA TUNÍSIA, QUE ESTÁ LOCALIZADA NO NORTE DA ÁFRICA, BANHADA AO NORTE E AO LESTE PELO MAR MEDITERRÂNEO. A SIMPÁTICA TÚNIS É A CAPITAL, E PORTA DE ENTRADA DOS TURISTAS. A COR AZUL E O BRANCO ENCANTAM O SUBÚRPIO DE SIDI BOU SAID. E É PARA LÁ QUE, NESTA EDIÇÃO, CONVIDO VOCÊ A SE INSPIRAR – OU MELHOR INSPIRAR – O AROMA DO JASMIM QUE PERFUMA O AR.



Centro de Túnis



Ruínas em Cartago



Avenida Beira-Mar



Estátua em Cartago



Catedral



Arquitetura tunisiana



Barco de pesca



Mesquita



Detalhe na natureza



Arquitetura tunisiana



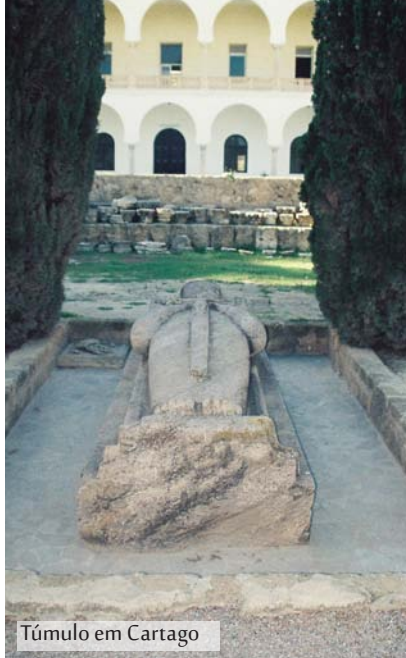
Obra de arte no museu

Após um dia e uma noite de navegação, chegamos à marina de Sidi Bou Said. Essa marina é a que está estrategicamente mais próxima da cidade de Túnis e é onde os ricos tunisianos ancoram seus iates. Os preços cobrados para aportar são equivalentes aos da Riviera Francesa e, por isso, você já imagina que não são baratos.

A cidade de Túnis é dividida em duas partes: uma antiga e outra mais moderna. Almedina abriga o lado tradicional, com seus prédios e vielas centenários. Vielle Nouvelle é o novo. Começa no Portão do Mar (Bab' el



Mosaico em Cartago



Túmulo em Cartago



Detalhe da mesquita



Arquitetura exótica

Bahr) e é cortada pela grande avenida Bourguiba, onde fervilha a vida política e administrativa do país.

Túnis oferece poucas atrações, e as que mais se destacam são os subúrbios de Cartago, Sidi Bou Said e La Marsa. Conhecemos os dois primeiros. Mas Sidi Bou Said me encantou maravilhosamente.

Distante 20km de Túnis, a cidadezinha do subúrbio de Sidi Bou Said é encantadora. A arquitetura rústica e graciosa lembra um pouco a de algumas casas das ilhas gregas. A cor azul e o branco estão presentes por onde quer que se olhe e, na arte islâmica tradicional, representam “mar de luz” e “mar do céu”. Paredes, portas, janelas, persianas e grades decorativas são de um azul intenso capaz de provocar grata satisfação naquele que aprecia o colorido. O jasmim é uma flor sagrada daquela

região. É muito comum sentir o aroma exalado no ar enquanto se transita pelas ruelas que descem em direção ao mar.

Em relação a Cartago me lembro dos falcões treinados para pousar nos braços dos turistas na hora da foto. Mas faço aqui uma advertência: cuidado! Os mais desavisados se esquecem de usar a proteção de couro no braço. Sem ela o falcão pode se desequilibrar e, por isso, crava suas garras para se firmar, podendo machucar um pouco.

Túnis deixou boas lembranças. Mas tivemos que partir. Por agora, me despeço de você, caro amigo, para nos encontrarmos na próxima edição. Até breve. ■

*Eivaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.
Fotos e legendas do autor

A ARTE DA GUERRA



INTERNET

ENSINAMENTOS DE UM ESCRITO MILENAR SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

▼ POR MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

A Arte da Guerra, livro de Sun Tzu escrito há mais de 2.500 anos, não é só um manual de comportamento estrategista rumo à vitória. É, antes disso, um escrito destinado à compreensão da importância das estratégias organizacionais para lidar com os conflitos.

Existem várias versões do livro originalmente escrito, destinadas às mais variadas utilizações, mas sua essência, como se sabe, continua atual e passível de aplicação no mundo organizacional.

O livro tem treze capítulos que são considerados estratégicos no planejamento organizacional.

Capítulo 1 – *Desenvolvendo planos* – destaca a importância de se planejar a ação como ponto fundamental para alcançar objetivos. Nele, cinco aspectos são observados:

o caminho, o clima, o terreno, a liderança e a disciplina. “O general que vence uma batalha é o que gasta muitas horas no templo, em reflexões, antes de a batalha ser encetada.” Desenvolver ou atuar sem planejar é o caminho do fracasso ou da ineficácia;

Capítulo 2 – *Em meio à guerra* – estuda a repercussão dos conflitos internamente, delineando a eficiência e rapidez na execução dos planos e ações como forma de otimizar os recursos empregados, evitar desgastes desnecessários e o prolongamento de ações ineficazes;

Capítulo 3 – *O ataque através de estratagemas* – traz a referência ao conhecimento do “inimigo”. Aqui podemos interpretar o “inimigo” como os obstáculos e as dificuldades encontradas pelos atores do planejamento estratégico para alcançar a vitória, mantendo as estratégias e sem “ferir” os princípios da instituição.

Capítulo 4 – *Disposições táticas* – ressalta que se deve ter conhecimento sobre o campo de ação e repercussão das ações estratégicas, evitando-se o cometimento de erros que podem inviabilizar seu sucesso.

Capítulo 5 – *O uso da energia* – nesta parte do escrito, Sun Tzu ressalta a força, ou o ímpeto, a coerência e dinâmica do grupo. Pode-se dizer que devem ser escolhidas de forma inteligente as metodologias que serão utilizadas para colocar em prática o plano de acordo com o cenário organizacional;

Capítulo 6 – *Pontos fracos e pontos fortes* – destaca o conhecimento das características internas para melhor definição das estratégias, além de ressaltar a importância da inovação e iniciativa.

Capítulo 7 – *Manobrando um exército* – trata das estratégias de condução, controle e monitoramento das ações estratégicas, destacando a importância do conhecimento, por parte dos gestores, das suas áreas de atu-

ação e interação, além de buscar o aproveitamento das oportunidades;

Capítulo 8 – *Variações das táticas* – traça estratégias para que se alcancem os objetivos por meio do trato de nove variáveis que são, na essência, conselhos de como se portar em cenários ou caminhos desconhecidos.

Capítulo 9 – *O exército em marcha* – trata dos aspectos pessoais a serem trabalhados na execução do plano: o físico, o social e o psicológico;

Capítulo 10 – *Classificação de terreno* – neste capítulo são tratados os diferentes tipos de cenários e as formas adequadas para atuar em cada um deles:

Capítulo 11 – *Os nove posicionamentos* – As nove regiões analisadas são: a região de dissolução, a região leve, a região de contenda, a região de tráfego, a região de intersecção, a região pesada, a região ruim, a região sitiada e a região de morte (ou mortal); O bom líder militar comanda um milhão de homens como se comandasse um só;

Capítulo 12 – *Ataque por fogo* – talvez este seja o capítulo mais difícil de ser aplicado ao setor público, notadamente por se tratar de estratégias ofensivas de ataque, o que não invalida suas lições em situações de conflito extremado;

Capítulo 13 – *O uso dos espiões* – apesar de que na versão original se fala em espiões, podemos adaptar para a correta utilização do *benchmarking*, enfatizando que nenhuma organização, iniciativa ou projeto devem ser descartados, pois todo aprendizado deve ser levado em consideração.

Como muito já observado, os capítulos falam de guerra, mas podem certamente nos levar à transposição para o mundo das organizações e, excluindo os excessos comportamentais tão presentes em situações de guerra, suas lições servem de ensinamentos importantes. ■



COM

Gestão que vai... e gestão que vem...

A partir dos anos 80 muitas ferramentas de gestão começaram a ser disseminadas no mercado com o objetivo de melhorar a gestão, aumentar a previsibilidade e assertividade e diminuir as incertezas vividas nas organizações.

Essas ferramentas atualmente fazem parte da nossa vida, e quem trabalha no serviço público convive com muitas delas. Por exemplo: Você tem metas a cumprir? Em seu trabalho os processos e competências foram ou estão sendo mapeados? Em sua organização usam sistemas informatizados? Os documentos foram ou estão sendo digitalizados para melhorar o acesso à informação? Existem indicadores que permitem identificar o seu ritmo de trabalho e produtividade? Caso você tenha respondido "sim" para pelo menos três dessas perguntas, significa que a sua organização está implantando uma gestão empreendedora. Tudo isso é muito positivo, mas infelizmente nem tudo isso, junto, garante a previsibilidade e segurança desejadas.

Onde está o ser humano se relacionando existe um ambiente complexo. E muitas vezes, por mais que exista a intenção da clareza e assertividade dos gestores, a equipe pode não se sentir considerada.

Agrava-se este fato em momento de transição na gestão, quando a instabilidade afeta muitas pessoas. Em face do desconhecido, ficamos em estado de alerta. Esse é um fenômeno natural.

Em situação de transição, inicialmente é preciso aceitar o momento com naturalidade. Com um pouquinho de maturidade, conseguimos aceitar que alguns projetos estacionarão até decidirem que novos rumos serão trilhados; alguns serão reestruturados, e, possivelmente, outros, abandonados.

Alguns comportamentos definitivamente atrapalham o ritmo de uma boa transição: a) criar um clima de impasse, pois a equipe fica apreensiva, e alguns colegas com talento especial para criar fantasias negativas contaminam a organização; b) fazer corpo mole até que tudo se defina para, depois, voltar a trabalhar; c) fazer pressão para conseguir uma função ou posição de destaque; d) saudosismo: lamentar porque a gestão anterior acabou.

Todo ser humano tem suas preferências e simpatias, mas diante de uma situação de sucessão organizacional que já está definida, enquanto ainda

comportamento comportamento comportamento portamento

há impasse ou falta de informação, existem alguns comportamentos que ajudam o clima e a evolução no processo. Aqui estão alguns:

- Confiar que o processo tem seu tempo de maturação e se definirá quando a equipe estiver pronta.
- Buscar a calma interior, não dando espaço para especulações e competitividade intraorganizacional.
- Disponibilizar-se para colaborar com o processo de transição, com desejo genuíno de que tudo evolua, ao invés de se esconder ou negar-se a participar.
- Manter-se pronto, aberto e íntegro, pois essa atitude inspirará ações produtivas.
- Mesmo diante de pouca informação, dedicar-se ao trabalho, fortalecido em seus valores pessoais de produtividade, reta ação, fazendo o que deve ser feito, pois a condição de servidor não será alterada, independentemente do momento gerencial.
- Aquele que deixa a função ganhará ao fazê-lo com serenidade, repassando os detalhes com transparência e objetividade, sem agenda oculta ou apego, demonstrando abertura para apoiar o

sucessor, consciente de que a função é transitória, mas a condição de servidor público não.

- Aquele que sucede da mesma forma se fortalecerá ao receber as informações com humildade e energia mobilizadora, visando SERVIR ao grupo, trabalhar com lisura, generosidade e efetividade, aproveitando os talentos e brilhantismo de toda a equipe.

O maior legado que um gestor pode ter ao terminar seu mandato não é o poder ou as glórias temporárias, mas, sim, ter aproveitado a oportunidade para consolidar ações justas e generosas das quais se orgulhará sempre, não por vaidade, mas por honrar a confiança recebida da sua instituição.

Ao grupo que deixa a gestão do TRF, agradecimentos e reconhecimento pela construção possível... ao grupo que chega, cumprimentos, e profundo desejo de sucesso! ■

*Professora da Escola Nacional de Administração Pública e consultora organizacional

Suor excessivo pode ser **HIPERIDROSE**

ALÉM DO DESCONFORTO FÍSICO, A DOENÇA PODE AFETAR AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

▼ BRUNO BANDEIRA E JAQUELINE MENDES /MC

Brasil, país tropical. Altas temperaturas durante quase todo o ano. Suar a camisa aqui é algo quase inevitável. O suor tem a função de regular a temperatura do corpo (termorregulação) e é uma necessidade natural do organismo.

“A sudorese (transpiração) produzida pelas glândulas sudoríparas é essencial para vida, pois conserva a temperatura interna do corpo humano (homeotermia) por meio de mecanismos controlados pelo sistema nervoso autônomo”, explica o médico pela Universidade Federal de Minas Gerais e dermatologista pelo St. John's Institute of Dermatology, Londres – Inglaterra –, Gilvan Ferreira Alves, presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia Regional do Distrito Federal (SBDDF).

Quando a transpiração é excessiva, é melhor ficar atento: pode ser hiperidrose. Os sinais da doença se manifestam nas mãos, nos pés, rosto, na região torácica, nas axilas e virilhas, tornando atividades simples, como segurar um papel ou segurar na mão de alguém, um verdadeiro martírio.

Ainda na infância, uma servidora do TRF da 1.ª Região descobriu que suava mais que as outras crianças da mesma idade. Ela conta que só obteve o diagnóstico depois de adulta, quase 30 anos depois. “Eu descobri que tinha a doença quando fui ao médico para uma consulta de rotina. Na ocasião, mencionei que estava com as mãos sempre suadas e que isso me incomodava; foi quando ele me disse que eu tinha hiperidrose”.

Segundo dados da Sociedade Internacional de Hiperidrose, cerca de 176 milhões de pessoas no mundo, entre homens e mulheres, têm a doença. “No Brasil, existem pesquisas escassas sobre a prevalência da hiperidrose. A estimativa é que aproximadamente 2% da população seja

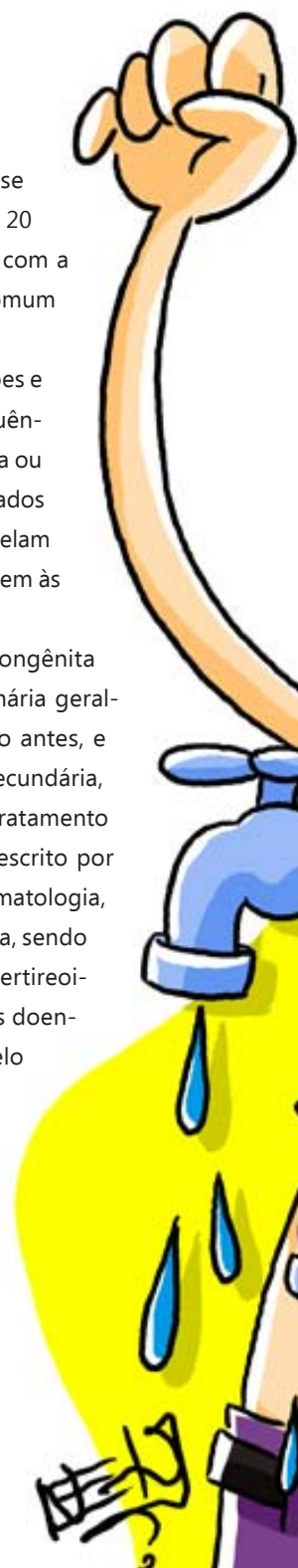
afetada”, explica a dermatologista brasileira Alciara de Sousa Lima. Só no Distrito Federal, 20 mil pessoas sofrem desse mal e, de acordo com a Secretaria de Saúde do DF, a doença é mais comum em pessoas com idade entre 25 e 64 anos.

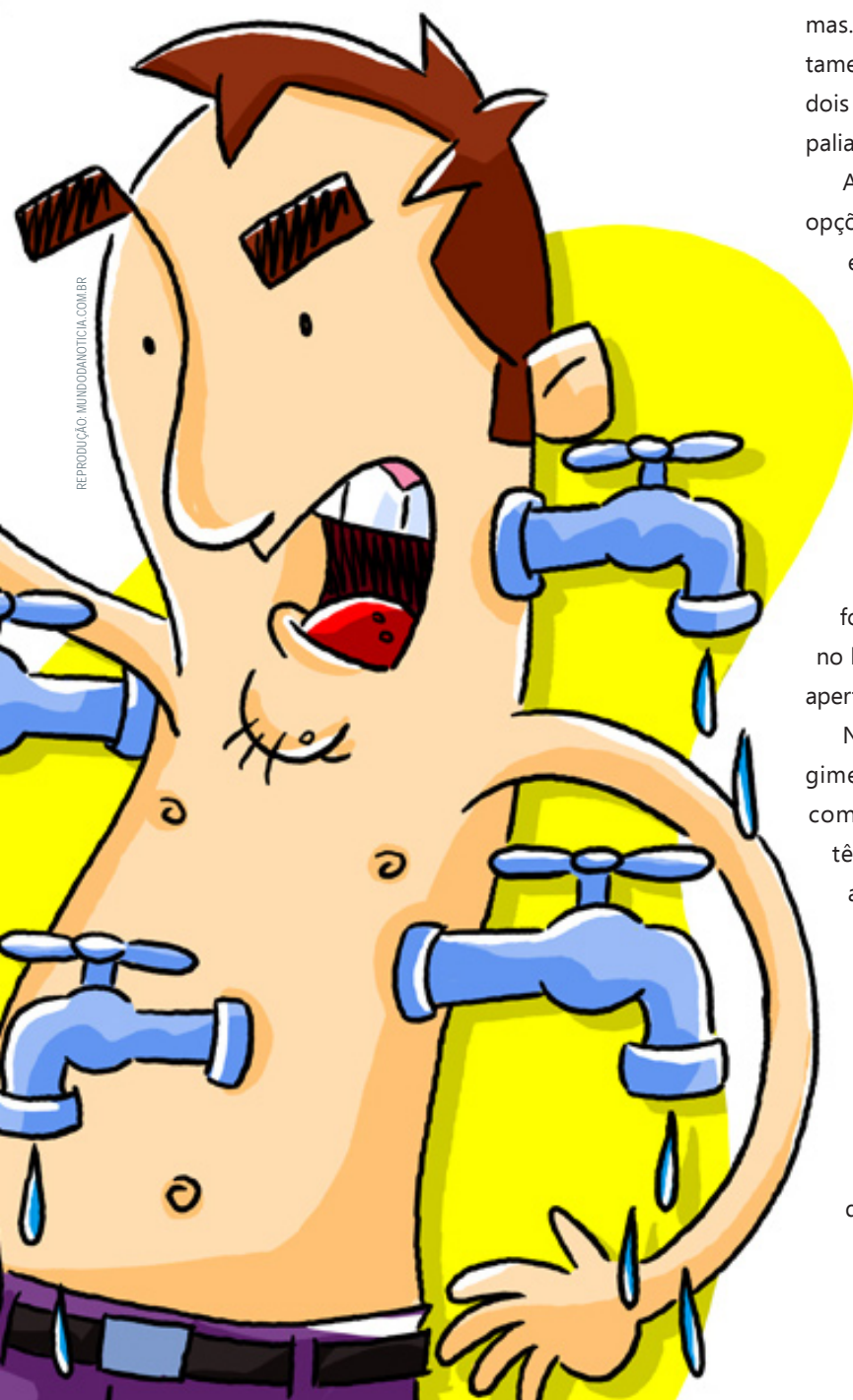
Mãos frias e úmidas, desidratação, infecções e macerações da pele são algumas das consequências da hiperidrose, que pode ser generalizada ou localizada em partes específicas do corpo. Dados da Sociedade Internacional de Hiperidrose revelam que das áreas mais afetadas, 51% correspondem às axilas, sendo 30% nos pés e 24% nas mãos.

A doença pode ser classificada como congênita (primária) ou adquirida (secundária). A primária geralmente se inicia na adolescência, ou mesmo antes, e pode ser herdada geneticamente. A forma secundária, segundo o livro “Rotinas de Diagnóstico e Tratamento da Sociedade Brasileira de Dermatologia”, escrito por renomados especialistas brasileiros em dermatologia, pode começar em qualquer momento da vida, sendo provocada por distúrbios como diabetes, hipertireoidismo, menopausa, ansiedade ou por outras doenças, como alcoolismo e obesidade, e até pelo uso de drogas.

Outros fatores, entre eles o aumento da temperatura ambiente, atividades físicas e febre, podem desencadear ou agravar o problema, que precisa receber cuidados e tratamento de um especialista.

A escolha do tratamento depende da forma, localização e intensidade dos sinto-





mas. De acordo com o livro “Rotinas de Diagnóstico e Tratamento da Sociedade Brasileira de Dermatologia”, existem dois tipos de tratamento da hiperidrose: o temporário, ou paliativo, e o definitivo, ou cirúrgico.

A aplicação de injeções de toxina botulínica é uma das opções mais recentes do tratamento temporário. Segundo especialistas, o método é muito eficaz, bem tolerado e com resposta duradoura. A duração do efeito costuma ser de seis a nove meses. Já os tratamentos definitivos implicam a remoção ou destruição da glândula sudorípara.

Constrangimento e defesa – Camisa encharcada e o aparecimento de odores desagradáveis são apenas alguns dos desconfortos vivenciados por quem sofre com a hiperidrose. Mas o pior é quando o desconforto gera constrangimento e passa a interferir no trabalho, no lazer e na convivência social, casos em que um simples aperto de mãos ou um abraço ficam comprometidos.

No ambiente de trabalho, por exemplo, o constrangimento pode reduzir a produção diária e a socialização com os colegas devido ao temor que essas pessoas têm de ser reprimidas ao perceber que seu suor está além do normal.

Para o psicólogo clínico da Universidade de Brasília (UnB), Tales Agra, o distúrbio comportamental provocado pela doença é uma defesa contra a exposição aos outros: “Isso ocorre sem que eles mesmos se deem conta. Em casos mais graves, podem ocorrer fobia social, isolamento constante e depressão. Nesses casos, a hiperidrose é um fator adicional importante à doença psíquica”, afirma Tales.

HIPERIDROSE FACIAL

A face fica úmida ou escorre suor pelo rosto. Isso ocorre em alguns horários do dia. Dá a sensação de falta de higiene e, em mulheres, a maquiagem pode ficar escorrendo. O couro cabeludo suava, deixando os cabelos úmidos ou provocando escorrimento de suor pelo rosto.

IMAGENS: INTERNET

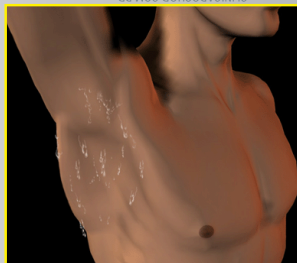
**HIPERIDROSE PLANTAR**

Os pés suam ou ficam frios durante parte do dia, dificultando o uso de sandálias e sapatos sem meia, pois os pés escorregam e a poeira os suja mais facilmente.

HIPERIDROSE AXILAR

O suor escorre pelas axilas e forma manchas nas blusas, dificultando o uso de roupas coloridas. Essas pessoas tendem a vestir roupas brancas ou pretas. Pode ou não o suor estar associado com fetidez. Esses sintomas geram um grande desconforto e sensação de falta de higiene.

CLINICADOSOOR.COM.BR

**HIPERIDROSE PALMAR**

As palmas das mãos suam, podendo pingar, ou ficam úmidas e frias durante parte do dia. As pessoas sentem vergonha de cumprimentar com apertos de mão. Podem ter limitações em trabalhos manuais. As crianças têm dificuldade para executar trabalhos escolares, borrando os papéis porventura utilizados durante as tarefas.

O tratamento, após o diagnóstico, torna-se uma das formas eficazes de minimizar o problema. Segundo Tales Agra, o que não deve acontecer é o comprometimento da vida social, que eventualmente reverbera nas demandas do dia, causando mudanças bruscas e muitas vezes frustrantes no estilo de vida.

Que a doença afeta o dia a dia e as relações interpessoais os pacientes são quase unânimes em afirmar. A servidora do TRF da 1.ª Região, que não se quis identificar, conta que fazer uma simples lição na escola facilmente se tornava um problema. “Era muito chato para escrever, principalmente em dias muito quentes, porque eu sempre deixava marcas das minhas mãos umedecidas nas folhas dos cadernos e livros”. E continua: “Eu tinha uma amiga com o mesmo quadro, que andava sempre com uma toalhinha, mas eu não gostava”, lembra a técnica judiciária.

No ambiente de trabalho – junto aos colegas – e no convívio com a família, a servidora não se intimida pela enfermidade genética. “Fico mais desconfortável apenas diante de pessoas ou situações novas. As pessoas acham até que fico envergonhada, porque eu queria cumprimentar com mais firmeza, mas não consigo”, completa a servidora.

Procurar um profissional é um dos primeiros passos para se ter o controle da doença e conviver da melhor maneira possível com ela. “As orientações que podemos dar às pessoas que sofrem desse problema são as mais variadas possíveis, mas nada substitui a solução que a própria pessoa encontra”, alerta o psicólogo.

É o caso da servidora, que encontrou maneira particular de conviver com a hiperidrose. “Eu percebi que quem tem o problema tende a supervalorizá-lo e que as outras pessoas não se importam com o fato de termos a doença”, ela conclui. ■

DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

A devolução ao erário é o pagamento ou quitação de débito que o servidor tenha com a Administração. O tema é regido pela Lei 8.112/1990, artigos 46 e 47, e pela Resolução 68/2009-CJF. Dúvidas? Você tira aqui.



1. Como deve proceder o servidor que possui uma dívida com o erário?

Procurar a unidade de pagamento, que irá efetuar o desconto em folha ou, na sua impossibilidade, gerar a competente GRU para recolhimento na rede bancária.

2. Quais são os casos de devolução ao erário?

Reposição e indenização. Reposição é a situação em que o servidor recebe um pagamento a maior indevidamente. Indenização é o pagamento por dano ou prejuízo material. Por exemplo: o pagamento do conserto de um veículo oficial que é avariado.

3. As reposições e indenizações ao erário serão descontadas automaticamente da remuneração do servidor?

Deverá ser observada a legislação e o regulamento. No caso de verificado o recebimento indevido no mês subsequente, o desconto poderá ser feito automaticamente (art. 46, § 2.º, da Lei n.º 8.112/90). Nos demais casos, deverá haver a abertura de processo administrativo, com notificação e intimação do servidor em débito, de acordo com os termos da Resolução n.º 68/2009 do Conselho da Justiça Federal.

4. Qual o prazo máximo para quitação das reposições e indenizações?

No caso de servidores, pode-se fazer o desconto mensalmente na folha de pagamento. Não há definição de prazo máximo. Existe definição apenas de valor mínimo, em percentual. Para os servidores desligados, o prazo máximo é de 60 dias.

5. Será aplicada alguma punição ao servidor que não quitar os débitos com o erário?

No caso de o servidor não quitar o débito com o erário, seu nome será encaminhado para inscrição em dívida ativa, para cobrança judicial, e inclusão no rol daqueles de devedores da União. Há casos mais complexos, em que o débito é originado por ação de má-fé; nesses casos, após processo administrativo disciplinar, serão tomadas providências para processamento criminal.

6. O que o servidor deve fazer caso tenha efetuado indevidamente o pagamento da reposição ou indenização?

Procurar a unidade de pagamento. Constatado que não havia reposição ou indenização a fazer, a Administração efetuará o pagamento do valor reposto ou indenizado pelo servidor.



CONFLITO MILENAR NO ORIENTE MÉDIO UMA SOLUÇÃO JURISDICIONAL

O cenário político internacional está sempre a se deparar com situações delicadas ao extremo, capazes de desafiar a mais aprofundada análise das mentes mais estudiosas, e isto, considerados vários aspectos da existência humana em sociedade. No momento presente da era contemporânea, jamais houve tamanha diversidade tão nítida nos valores e no comportamento do ser humano, o qual, sob a ótica do Direito internacional, pode ser considerado como uma autêntica célula da sociedade globalizada mundial.

Questão relevante: até que ponto deve ceder o direito ao fato? Não se concebe um direito positivado (legislação) capaz de conviver condescendentemente com posturas administrativas claramente inapropriadas.

O Direito deve estar acima das turbulências sociais que sempre acompanharam a existência humana em convívio contínuo. O Direito, como conjunto de normas destinadas a disciplinar a coexistência humana, não pode submeter-se a posicionamentos levianos.

Em resumo, o Direito não existe para justificar o injustificável.

Nos tempos modernos, a ciência do Direito Internacional Público passou a alcançar especial atenção por parte das mentes mais destacadas no estudo dos temas jurídico-políticos considerados eficazes para a solução de questões que merecem uma análise abrangente, a ponto de que lhes seja conferido um enfoque jurídico transnacional.

O conflito existente há séculos no Oriente Médio, envolvendo a discórdia, que eterniza, entre israelenses e palestinos, faz necessária e indispensável uma iniciativa concreta por parte da Comunidade Internacional das Nações. A luta milenar do homem pelo poder e a horrenda

intolerância étnica e religiosa dificultam, sobremaneira, o estabelecimento de parâmetros razoáveis de conversação e diálogo.

Aos homens investidos das prerrogativas inerentes às funções de Estado, portanto, é consistentemente vedado portarem-se de forma tímida, omissa ou negligente no desempenho das funções que lhe são outorgadas pelas nações politicamente organizadas que representam.

Nesse passo, tem-se que, para a área de existência do conflito permanente entre os povos israelense e palestino, uma solução de natureza jurisdicional, qual seja, a institucionalização de um TCII – Tribunal Comum Internacional Itinerante, em que representantes, legitimados pelo Conselho Reunido das Nações, seriam investidos – não só da competência para decidirem, de forma colegiada, acerca das medidas a serem providenciadas no sentido de eliminar as raízes das hostilidades entre os povos – mas, ainda, agiriam além, pois estariam a contar com o aval e o respaldo total do Conselho das Nações.

Para tanto, não haverá de ser permitida possibilidade de recurso aos atos judiciais proferidos por estes jurisdicionalistas, os quais, nos seus atos, gozariam de atributos tais como coercibilidade e imperatividade, para o que, igualmente, haveria de ser institucionalizada uma força de segurança internacional conjunta, a fim de assegurar o cumprimento das ordens expedidas pelo ora sugerido TCII, modelo de formatação jurisdicional que pode – e deve – ser aproveitado em outras regiões historicamente conflitantes do cenário contemporâneo internacional. ■

*Emerson Aguiar é chefe de gabinete da 2.ª Vara – Criminal – da Seção Judiciária da Bahia.

Mulher

*Por trás de cada olhar, um universo de emoções revela o ser feminino que aflora
Ser simples, ser completo, divina criação*

*Em cada passo, uma história marcante
De batalhas rugosas e conquistas memoráveis*

*Sob cada lágrima, um sentimento genuíno
De dor pela perda, de compaixão desmedida, de felicidade abundante*

*Mulher cultura, mulher sorriso, mulher entregue à existência e ao presente
Que abrilhanta a face abatida e reluz sobre vidas ofuscadas*

*A tua força transforma destinos, refaz caminhos, redesenha horizontes
Com doçura conduzes corações sem norte
E com firmeza projetas o amanhã*

*Pelo que és, és assistida sob olhares de encanto
Pelo que representas, serás para sempre admirada*

*Neste oito de março, a Presidência
do TRF da Primeira Região
homenageia cada mulher
que entrega os talentos
e o empenho,
dia a dia, à Justiça Federal.*

Feliz dia da Mulher!

*Desembargador Federal Olindo Menezes
Presidente*





Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br